



## Senado investiga denúncias e analisa reforma administrativa

A Mesa diretora examina nesta terça-feira uma proposta de reforma apresentada por 20 senadores. Na sexta-feira, o presidente do Senado,

José Sarney, anunciou auditoria na folha de pagamento, sindicância para apurar denúncia e “criação de um portal da transparência”.

página 16



GERALDO MAGELA  
Obras de infraestrutura, transporte e segurança estão paradas, diz Alvaro

entrevista

### Atenção às obras para a Copa de 2014

Alvaro Dias teme estouro no orçamento da Copa do Mundo no Brasil e cobra fiscalização, para evitar abusos.

página 7

vereadores

### Limitados os gastos municipais com legislativo

Aprovada no Senado, a PEC Paralela dos Vereadores será examinada novamente pela Câmara. Se acatada, passa a vigorar em 2010.

página 5

habitação

### Vai a sanção projeto que facilita compra da casa própria

página 3

e mais...

ambiente legal	4
projetos aprovados	13
agora é lei	16
voz do leitor	19
frases	19
pergunte ao senador	19

cidadania

### Uma boa faxina evita doenças

Casa limpa e cuidados no processamento dos alimentos são essenciais para manter a família saudável. Saiba como prevenir contaminações, que podem provocar alergia, diarreia, vômito, dor de cabeça, infecção intestinal e outros males.

página 20

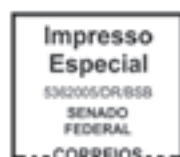


Observatório de Greenwich, por onde passa o meridiano adotado no século 18 como marco zero

### Os prós e os contras de unificar a hora legal no país

Argumentos a favor de um horário único são sobretudo econômicos. Os opositores alegam a dificuldade de ajuste do “relógio biológico” das pessoas de seis estados ao despertar artificial.

páginas 10 e 11



## agenda

# MP que reduz o custo de casa popular tranca pauta

Transformada em projeto, medida provisória também concede incentivo para a compra de cadeiras de rodas e próteses por pessoa com deficiência

O Plenário do Senado deve votar nesta semana a Medida Provisória (MP) 460/09, que prevê redução de tributos no âmbito do programa de moradias populares Minha Casa, Minha Vida. A MP, que também concede benefícios fiscais à fabricação e importação de motocicletas, está trancando a pauta.

Transformado no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 12/09, o texto aumenta a tributação sobre o cigarro, com os objetivos de combater o tabagismo e de compensar a renúncia fiscal decorrente da redução de impostos contida na medida.

O projeto estende os bene-

fícios tributários do programa Minha Casa, Minha Vida às obras contratadas a partir de 31 de março de 2009. Pela medida provisória, seriam beneficiadas somente obras já iniciadas até essa data.

Visando incentivar a fabricação e a importação de motocicletas, a medida provisória também reduz de 3% para zero a alíquota da Cofins incidente sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de motocicletas de cilindrada inferior ou igual a 150cm<sup>3</sup>. A

proposta concede, ainda, às pessoas com deficiência, isenção do PIS/Pasep e da Cofins na compra de bens como cadeira de rodas e próteses, entre outros.

O segundo item da pauta é a MP 461/09, que abre crédito extraordinário para o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 300 milhões, destinado ao socorro e assistência às pessoas atingidas pelas chuvas e enchentes ocorridas entre outubro de 2008 e março de 2009 em vários estados.

**Medida eleva imposto do cigarro para compensar a renúncia fiscal**



ANTÔNIO MILENA/ABR

Proposta reduz a zero a alíquota da Cofins incidente sobre a venda, no mercado interno, de motocicleta de até 150cc

## Comissão examina projeto que coíbe a violência nos estádios

A proposta que determina medidas de prevenção e repressão à violência em competições esportivas deve ser examinada pela Comissão de Educação (CE) nesta terça-feira. Inspirado na legislação italiana, o projeto estabelece regras a serem seguidas pelas confederações, federações e clubes, além de associações de torcedores.

Entre outras medidas, o texto

(PLC 82/09) proposto pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) prevê a fixação obrigatória de equipamentos e estruturas de segurança nos estádios e ginásios onde se realizam os eventos e proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas dentro desses recintos e em suas imediações. O relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), recomenda a aprovação.

## Copa de 2014: proposta fixa regras para neutralizar impacto ambiental

As emissões de gases de efeito estufa decorrentes de atividades de preparação e realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 deverão ser neutralizadas por ações de compensação, como plantio de árvores, conservação de áreas florestadas ou utilização de fontes renováveis de energia, entre outras. Projeto nesse sentido será analisado nesta terça-feira pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO), o projeto (PLS 46/08) determina que o cálculo

das emissões seja feito pelo órgão competente, de acordo com a metodologia da legislação ambiental brasileira. Deverão ser computadas, por exemplo, emissões de gás carbônico decorrentes do processo de construção e reforma de estádios, da implantação de infraestrutura nas cidades que sediarão as partidas e do transporte de atletas e delegações.

Ainda de acordo com a proposta do parlamentar, as medidas de compensação serão definidas em projeto a ser elaborado pelos responsáveis pela organização do evento, com aprovação de órgão governamental.

### QUESTÕES SOCIAIS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania programou uma série de debates sobre temas sociais. O primeiro, marcado para esta quinta-feira, trata de alteração de normas para proteção dos direitos das pessoas com deficiência, prevista em projeto de José Sarney (PMDB-AP).

### CARNE

A grave situação enfrentada pelos frigoríficos brasileiros, atingidos pela crise, será debatida nesta terça-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, por sugestão de Romeu Tuma (PTB-SP). As questões sanitárias e a queda do preço do produto devem ser os principais assuntos do encontro.

### LATICÍNIOS

As empresas de laticínios poderão ser obrigadas a divulgar na internet o resultado de análises técnicas realizadas pelos órgãos governamentais. A previsão está em projeto de Marconi Perillo (PSDB-GO) que deve ser analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia nesta quarta-feira.

## comissões

### Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA

**Frigoríficos** – Audiência pública para debater a situação dos frigoríficos brasileiros, com a participação do diretor do Greenpeace no Brasil, Marcelo Furtado; dos procuradores do Pará José Augusto Torres Potiguar e Geraldo de Mendonça Rocha; da presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, senadora Kátia Abreu; e do presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, Roberto Giannetti da Fonseca.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Cartões de crédito** – A comissão debate questões administrativas e regulamentação do uso de cartões de crédito. Foram convidados, entre outros, o vice-presidente de Cartões e Novos Negócios de Varejo do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli; e

o coordenador-geral de Comunicação e Mídia do Ministério da Fazenda, Marcelo Ramos.

11h – EDUCAÇÃO

**Rouanet** – Reunião para analisar proposta que acrescenta dispositivo à Lei Rouanet (8.313/91) para incluir os projetos de aprimoramento profissional para áreas do audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). A CE examina ainda oito projetos que autorizam a criação de instituições de ensino técnico, como a Escola Técnica Federal de Navegação Interior, no Tocantins, e a Escola Técnica Federal de Ibaiti, no Paraná.

11h30 – MEIO AMBIENTE

**Consumidor** – Reunião para analisar dois projetos que alteram o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), entre eles, o que estipula multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da

data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, em caso de omissão no contrato. Outro projeto proíbe as empresas de cartões de crédito de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via internet.

### Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA, **Obrigação** – O primeiro item da pauta determina a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Lei 6.437/77).

9h30 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

**Estatuto da Cidade** – A comissão

se reúne para analisar sete propostas, sendo que duas delas alteram o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01): uma estimula a preservação dos recursos naturais nas construções urbanas e a

outra confere atribuição explícita ao Ministério Público para propor ação de usucapião especial urbana, em área ocupada por população de baixa renda.

## plenário

**Segunda-feira**  
14h – Sessão não deliberativa

**Terça-feira**  
14h – Sessão deliberativa  
**Minha Casa, Minha Vida** – A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 12, proveniente da Medida Provisória 460/09) que trata do Programa Minha Casa, Minha Vida e atribui à Agência Na-

cional de Telecomunicações (Anatel) as funções de apurar, constituir, fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública.

**Quarta-feira e quinta-feira**

14h – Sessão deliberativa

**Sexta-feira**  
9h – Sessão não deliberativa

## decisões

### Escrituras gratuitas para quem for de baixa renda

A lavratura de escritura pública de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual só poderá ser realizada com a participação de um defensor público e deverá ser oferecida gratuitamente para as pessoas que se declararem pobres.

É o que determina projeto aprovado pelo Plenário do Senado na semana passada. O PLC 110/08, que altera o Código de Processo Civil, agora vai a sanção presidencial.

O texto atual do código ape-

nas afirma, em seu artigo 982, que, havendo testamento ou interessado incapaz, será feito inventário judicial. Caso todos os interessados sejam capazes, poderá ser feito inventário e partilha por escritura pública, que só poderá ser lavrada se todas as partes interessadas estiverem assistidas por advogado.

O projeto aprovado pelo Plenário torna gratuitos a escritura e demais atos notariais para aqueles que se declararem pobres.

### Associações de moradores podem ficar isentas em registros civis

As associações de moradores poderão ficar isentas do pagamento de taxas e emolumentos cobrados por registros em cartório para fins de enquadramento no novo Código Civil e de qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip). A gratuidade está prevista em projeto (PLS 100/06) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado em decisão terminativa pela CCJ.

No parecer favorável à proposta, o senador Jayme Campos (DEM-MT) considerou a iniciativa conveniente e oportuna, observando que já havia sido asse-

gurada para as microempresas no registro de declarações e os reconhecidamente pobres nos registros civis de nascimento e óbito. Os “relevantes serviços de mobilização e organização social” prestados pelas associações de moradores justificariam, acrescentou o relator, a ampliação desse benefício.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou emenda, acolhida pelo relator, para excluir trecho – considerado inconstitucional – que dava prazo de 90 dias para que os estados e o Distrito Federal estabelecessem compensações para os cartórios.

### Empresas poderão armanezar sua contabilidade apenas em computador

As empresas poderão elaborar e arquivar sua contabilidade apenas em meio eletrônico. A simplificação está prevista em projeto (PLS 136/03) que a CCJ aprovou em decisão terminativa, com parecer favorável do senador Adelmir Santana (DEM-DF). Para valer, a mudança precisará ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Para Adelmir, “o efeito mais evidente das alterações propostas será a diminuição da burocracia e dos custos de armazenamento dos papéis produzidos na escrituração das empresas”.

A CCJ também aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 16/07) do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) que proíbe que o poder público institua impostos e também contribuições, exceto previdenciárias, sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros; sobre templos; sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos e suas fundações, dos sindicatos laborais, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos; e sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

#### ACESSO ÀS UNIVERSIDADES

No caso de empate em seleção para ingresso em instituições públicas de ensino superior, será dada prioridade ao estudante com renda familiar inferior a dez salários mínimos, define projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado pela CCJ e que agora será votado em decisão terminativa na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

No PLS 174/05, Crivella afirma que o princípio da isonomia determina que desiguais sejam tratados desigualmente, para que a concessão de direitos aos menos favorecidos funcione como fator de equalização. Favorável ao projeto, o relator Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o critério sugerido é coerente com a Constituição, que, como observou, “proclama ser objetivo fundamental da República reduzir as desigualdades sociais”.

Uma das duas modificações sugeridas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que a prioridade será dada em caso de empate. O texto original dizia que o estudante com renda familiar inferior a dez mínimos tivesse prioridade de matrícula, em igualdade de condições de acesso.

# Minha Casa, Minha Vida é aprovado pelo Senado

Texto da medida provisória, que foi modificado pelos deputados, estendeu programa habitacional do governo federal para todos os municípios do país

O Plenário do Senado aprovou a criação do programa federal Minha Casa, Minha Vida, cuja meta é construir 1 milhão de moradias para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos (R\$ 4.650). Agora, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 11/09, oriundo da Medida Provisória (MP) 459/09 – que também regulariza assentamentos localizados em áreas urbanas – só depende da sanção presidencial.

O Congresso Nacional, por sua vez, aprovou crédito extraordinário de R\$ 6 bilhões ao Ministério das Cidades – de um total previsto de R\$ 34 bilhões – para que o programa Minha Casa, Minha Vida comece a ser implementado.

O relatório favorável do senador Gim Argello (PTB-DF) foi acolhido sem as emendas, mantendo assim as mudanças feitas na medida provisória pela Câmara dos Deputados. Uma delas estende o programa a todos os municípios, e não apenas nas cidades com mais de 100 mil habitantes, como previa o texto original. Outra mudança destina R\$ 1 bilhão para atender municípios com população de até 50 mil habitantes, com foco nos que têm



Romero Jucá (E), líder do governo, Agripino Maia, líder do DEM, e o relator da medida provisória Gim Argello: Plenário aprovou proposta sem fazer emendas

renda mensal de até três salários mínimos (R\$ 1.395).

O déficit habitacional no país é estimado em 7,9 milhões, segundo informou o Ministério das Cidades. Desse total, 82% (cerca de 6,5 milhões) estão nas áreas

urbanas. A inclusão do segmento da população com renda de até dez salários mínimos permitirá ao programa alcançar 99,1% das famílias que ainda não têm a casa própria, como também informou o governo federal.

#### COMBATE À POBREZA

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído para vigorar até 2010, pode ser prorrogado por tempo indeterminado, prevê proposta de emenda à Constituição aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC tem 31 assinaturas, a primeira delas do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), filho do ex-senador Antonio Carlos Magalhães (1927-2007), autor da emenda que criou o fundo. A PEC irá agora a exame em Plenário. Se for acolhida, ainda precisará passar pela Câmara dos Deputados.

### Prioridade para idosos e doentes nos tribunais

O Código de Processo Civil poderá ser alterado para estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos para pessoas a partir dos 60 anos de idade ou portadoras de doenças graves. É o que prevê Projeto de Lei do Senado 145/04 aprovado pela CCJ na semana passada. A proposta, relatada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), determina que as doenças graves a serem consideradas neste caso deverão constar de listas elaboradas pelos ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, atualizadas semestralmente. O descumprimento sujeitará o juiz ou servidor público a penalidades e multas.

#### RELIGAÇÃO GRATUITA

Os serviços de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento para famílias de baixa renda, suspensos por falta de pagamento, poderão ser restabelecidos sem cobrança de taxas, define proposta aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Em seu parecer, o relator Paulo Duque (PMDB-RJ) alega que a cobrança de taxa de religação é entendida como dupla punição por uma mesma falta, pois, ao não pagar sua conta, o consumidor já é punido com multa e ainda com a suspensão do serviço.

### Código Penal ajusta texto aos novos tempos

Graças à aprovação de um projeto (PLC 79/07) pelo Plenário do Senado na semana passada, será alterado o artigo 224 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), substituindo-se no texto a expressão “alienada ou débil mental” por “por doença ou deficiência mental”, na parte que trata da chamada “presunção de violência”. Agora, o código definirá que se presume a violência de um ato quando a vítima não tem capacidade suficiente de entendimento para consentir na prática do ato, por doença ou deficiência mental, e o agente conhecia essa circunstância. A matéria vai agora à Comissão Diretora para a redação final.

### Brinquedos adaptados para deficientes

O Plenário aprovou normas para adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos em parques de diversão para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Apresentado pelo deputado licenciado Alberto Fraga, o projeto de lei da Câmara (PLC 24/08) agora vai a sanção. Pela proposta, os parques de diversões, públicos ou privados, devem adaptar, no mínimo, 5% de cada brinquedo e equipamento, incluindo na identificação, sempre que possível, a possibilidade de sua utilização por essas pessoas. O relator na Comissão de Direitos Humanos (CDH) foi o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

## meio ambiente

### Debate aponta vantagens em diminuir emissão de carbono

Na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Castro, defendeu investimentos em projetos científicos na Amazônia que possam combater as mudanças climáticas. Um polo de biotecnologia, disse, agregaria valor à biodiversidade local como projeto de desenvolvimento sustentável. Castro explicou que o mercado da biodiversidade mundial, em 2025, vai ser de US\$ 370 bilhões, somente no que diz respeito às plantas, que poderão ser usadas desde a produção de cosméticos até a de pneus de veículos. O representante do Ministério da Fazenda, Ruterly Marques, destacou as consequências econômicas do aquecimento global, já que seu combate exige elevados investimentos. Segundo ele, é melhor atuar para evitar a emissão de carbono do que tentar adaptar o mundo a seus efeitos. Já Marcos Otávio Prates, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informou que as mudanças climáticas podem custar até 20% do PIB mundial. Por outro lado, afirmou, uma economia de baixo carbono pode gerar US\$ 2,5 trilhões ao ano.

JANE ARAÚJO



Ideli Salvatti pediu a realização do debate em que se defendeu o combate ao aquecimento global



JOSÉ CRUZ

Marcelo Crivella (sentado, conversando com Expedito Júnior) é o autor do projeto que incentiva o uso de energia limpa

## Prioridade para energia solar em edifícios

Projeto aprovado pela CAS determina que municípios adotem regras para incentivar fontes limpas de energia em construções

Com a finalidade de estimular o uso da energia solar, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) modificando o Estatuto da Cidade, para exigir que os municípios tenham normas de utilização de energia solar nas edificações de uso coletivo, públicas e privadas.

Pelo PLS 23/04, os edifícios construídos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) devem adotar prioritaria-

mente sistema de aquecimento de água por energia solar ou, por sugestão do relator Inácio Arruda (PCdoB-CE), de outras formas de energia limpa.

A CAS também acolheu proposta (PLC 59/06) que obriga o fornecimento, por planos e seguros privados de saúde, de bolsas descartáveis de colostomia (para coletar fezes, as bolsas são necessárias depois de algumas cirurgias no intestino grosso).

Segundo a relatora Rosalba Ciarlina (DEM-RN), hoje o pa-

ciente é obrigado a adquirir as bolsas, o que é muito caro para diversas famílias. Ela incluiu no texto a obrigatoriedade de fornecimento de coletores urinários e sondas vesicais pelos planos privados de saúde. O projeto segue para o Plenário.

Visando estimular a prevenção de doenças geneticamente determinadas, a CAS aprovou ainda proposta (PLS 109/07) da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que prevê o aconselhamento genético para famílias.

### Empresa ambientalmente correta poderá ter vantagem em licitação

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou proposta para que empresas certificadas por boas práticas ambientais tenham vantagens nas licitações da administração pública.

Pelo PLS 366/08, do senador Expedito Júnior (PR-RO), as empresas certificadas pela adoção de práticas ambientalmente sustentáveis poderão ter prioridade na contratação de serviços ou na aquisição de bens quando houver empresas em igualdade de condi-

ções em licitações públicas.

A relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), argumenta que produtos ambientalmente corretos ou serviços executados com responsabilidade ambiental devem ser privilegiados nas licitações públicas, por adotarem práticas compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.

#### SANEAMENTO

A CMA vai debater o saneamento básico no país com o ministro das Cidades, Márcio Fortes, e os presidentes da Associação Brasileira de Municípios, José do Carmo Garcia, e da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski. A iniciativa foi do senador Jefferson Praia (PDT-AM). Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propôs audiência pública sobre o programa Amazônia Sustentável, enquanto a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) sugeriu a criação de uma Subcomissão Permanente das Águas. As duas propostas também foram aprovadas.

### Comissões discutem uso de óleo vegetal combustível

As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Serviços de Infraestrutura (CI) debateram projeto do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) que autoriza o uso de óleo vegetal *in natura* em máquinas agrícolas, no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário da produção agrícola (PLS 81/08).

Pela atual legislação, só é permitida a adição de 5% de biodiesel (B-5) ao óleo diesel. Goellner, no entanto, entende que, com maior proporção de óleo vegetal, pode haver substituição gradual e maior redução da poluição, além do aumento da receita com créditos de carbono, dos empregos e da renda, estimulando as economias regionais e reduzindo a importação do diesel.

Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator do projeto, e Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da CRA, são favoráveis à proposta.

Waldyr Gallo, da Agência Nacional do Petróleo (ANP), porém, advertiu que a comercialização em larga escala do produto, em postos de combustíveis, não poderá ser feita a curto prazo. Já Márcio Turra de Ávila, da Embrapa, disse que certos tipos de óleo vegetal causam danos aos motores, com perda de potência.

LEOPOLDO SILVA



Segundo Goellner, há razões econômicas e ambientais para substituir diesel por óleo vegetal

## ambiente legal

### Cinema ambiental: festa-alerta em Goiás

A cidade de Goiás – conhecida como Goiás Velho – é uma festa, com gente de diversas partes do mundo participando do XI Fica (Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental), de 16 a 21 de junho. O belo casario colonial, a gente hospitaleira, documentários, filmes de ficção e oficinas com especialistas de diversas áreas compõem um mosaico de beleza e alerta sobre questões cruciais como o uso da água.

### Ameaça de falta e excesso de água

Por paradoxal que pareça, a cidade de Goiás, segundo advertência de especialistas, está ameaçada pelo excesso e pela falta de água, e dois dos riachos que desembocam no rio Vermelho se encontram poluídos: os córregos da Prata e Manoel Gomes. Cientistas e moradores esperam que o próprio Fica contribua para a solução desses problemas.

#### NOVA ENCHENTE

Goiás pode ter já no próximo ano ou em 2011 uma grande enchente – embora de menor dimensão que a última, de 2001, que gerou enormes prejuízos à cidade, Patrimônio Histórico-Cultural da Humanidade –, segundo adverte o geólogo e professor Pedro Vieira. Ele lembra que não foram adotadas iniciativas concretas para prevenir as enchentes cíclicas.

### Pequenas medidas para evitar o pior

Pedro Vieira afirma que medidas de pequena monta podem reduzir os efeitos de uma próxima enchente (a de 2001 danificou parte da casa onde viveu a poetisa Cora Coralina). Ele sugere a construção de pequenas barragens em alguns canais secundários e o levantamento de curvas de nível para retardar a chegada da água ao canal principal.

#### ABASTECIMENTO COMPROMETIDO

A cidade pode sofrer um colapso no abastecimento dentro de cinco anos, alerta o analista ecológico Frans Leeuwenberg: a ameaça vem do desmatamento nas cabeceiras do córrego Bacalhau e do ribeirão Pedro Ludovico, associado ao pisoteio do gado nas áreas de nascentes.

## decisões

# Senado aprova limite de gastos das câmaras

A chamada PEC Paralela dos Vereadores agora será enviada para análise dos deputados, que já discutem a questão do aumento no número de vagas

O Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/08 – conhecida como PEC Paralela dos Vereadores –, que limita os gastos das câmaras municipais. As despesas, incluídos os salários dos parlamentares e excluída a folha de servidores inativos, não poderão ultrapassar 7% da receita tributária para municípios de até 100 mil habitantes e 3,5% para aqueles com mais de 8 milhões de habitantes.

A PEC será examinada novamente pela Câmara. Se aprovada, passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do próximo ano. No texto, os percentuais de gastos (veja a tabela) são relativos à soma da receita tributária e das transferências feitas aos

**O que muda com a PEC 47/08**  
Nova tabela pretende cortar 1,4 bilhão em gastos

população do município	Antes	Depois
acima de 8 milhões		3,5%
acima de 3 milhões a até 8 milhões	5%	4%
acima de 500 mil a até 3 milhões		4,5%
acima de 300 mil a até 500 mil	6%	5%
acima de 100 mil a até 300 mil	7%	6%
até 100 mil	8%	7%

\*percentual em relação à receita tributária de cada município

municípios pela União.

A PEC 47/08 tem longo trajeto no Congresso. Foi primeiramente votada pela Câmara como PEC 20/08, e, ao chegar ao Senado, foi modificada e desmembrada. Ela é resultado do desmem-

bramento de um dos artigos da PEC 20/08, que estabelece nova proporcionalidade para o número de vereadores e já tramita na Câmara, enquanto a PEC 47/08 ficou para ser analisada no Senado.

## Campanhas educativas de trânsito são propaganda

O Plenário aprovou uma emenda da Câmara que retira de projeto de lei do Senado (PLS 245/99) a obrigação do Poder Executivo de regulamentar, em 120 dias após a publicação da lei, alteração no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) que prevê a veiculação de mensagens educativas de trânsito nas modalidades de propaganda. Ao propor a mudança na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o relator Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) argumentou que não há necessidade de uma regulamentação para o projeto, pois suas disposições são claras e já indicam como e quando os procedimentos devem ser adotados para as novas modalidades de propaganda e de campanhas educativas do trânsito.

## Projeto proíbe a exigência de carta de fiança

Os empregadores estão proibidos de exigir carta de fiança de empregados contratados pelo regime da legislação trabalhista, determina projeto de lei da Câmara (PLC 103/05) aprovado pelo Plenário.

Segundo o relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a prática vinha ocorrendo especialmente em postos de gasolina. O empregador aceitava o pagamento em cheque, mas exigia do frentista a garantia contra prejuízos pelos cheques sem fundos.

Azeredo classifica a carta de fiança como “uma verdadeira coação” para o candidato ao emprego, passando o trabalhador a depender de um fiador, que, por sua vez, é envolvido numa relação entre terceiros.

## Unificadas regras para trabalhadores contratados para atuar no exterior

Foi aprovado pelo Plenário o PLC 59/07, que estende a todas as empresas que contratam ou transferem trabalhadores com vistas a exercer atividades fora do país as regras da Lei 7.064/82 – que trata das relações de trabalho de pessoas contratadas no Brasil por empresas de engenharia para trabalhar no exterior. O projeto vai à sanção do presidente da República.

Na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o relator Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que a medida dá tratamento isonômico a todos os trabalhadores contratados no Brasil para prestação de serviços no exterior. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não traz nenhuma determinação específica sobre a remoção de trabalhadores para o exterior, observa o senador.

## Regulamentação para mototaxista e motoboy agora vai a Plenário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou proposta que regulamenta as profissões de mototaxista e motoboy, exigindo, para seu exercício, idade de 21 anos completos e habilitação em curso especializado, a ser regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O projeto vai agora ao Plenário, com pedido de urgência.

Segundo a relatora Rosalba

Ciarlini (DEM-RN), mototáxis para transporte de passageiros e de cargas são comuns no Norte e no Nordeste do país. A senadora diz que existem 2,8 milhões de pessoas engajadas nessas atividades, bem como em serviços de entrega de encomendas, os motoboys, esses espalhados em todas as cidades do país, inclusive nos grandes centros populacionais.

## Processo de cassação de prefeitos vai ser mais rápido

O Plenário também aprovou na semana passada projeto de lei da Câmara (PLC 22/05) que vai dar mais agilidade nos processos de cassação de mandatos de prefeitos. A proposta, que agora vai à sanção presidencial, restringe a leitura do processo de cassação às peças que forem solicitadas pelos vereadores e pelo denunciado, removendo a obrigatoriedade de que seja feita

toda a leitura dos autos.

A matéria já tinha sido aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com voto favorável do relator Demostenes Torres (DEM-GO).

– O processo ganha celeridade e elimina-se, como efeito não desprezível, a excessiva protelação na decisão legislativa – explicou Demostenes.

O senador observou ainda que

a defesa da autoridade municipal ré nesses processos vale-se, muitas vezes, da protelação possibilitada pela leitura de todos os autos, com objetivo de “esvaziar a sessão da Câmara de Vereadores, cansar os membros do Legislativo e obter ganhos de prazo, empurrando para o futuro a decisão e inflando, artificialmente, o mandato em discussão”.

## CCJ faz mutirão para limpar a pauta e vota 39 propostas

Para reduzir a fila de projetos aguardando decisão (mais de mil), a CCJ votou na quinta-feira 39 propostas, entre elas proposta de emenda à Constituição (PEC 60/04), do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que cria equipe de transição para prefeitos e governadores eleitos, a exemplo do que já ocorre para presidente da República. A medida ainda será votada em Plenário. O coordenador e demais integrantes da equipe de transição serão indicados pelo candidato eleito e terão acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do governo.

### QUITAÇÃO DE DÉBITOS

O Plenário aprovou o PLS 170/03, do senador Almeida Lima (PMDB-SE), que obriga as empresas prestadoras de serviços públicos e privados a emitir e a encaminhar ao consumidor declaração de quitação anual de débitos.

### DIREITO DO CONSUMIDOR

Etiquetas dos produtos refrigerados, contendo as informações obrigatórias (qualidade, quantidade, validade etc.), não poderão ser facilmente destrutíveis, prevê o PLS 205/96 aprovado pelo Plenário.

### VENCIMENTO DE CONTAS

O consumidor de serviços públicos terá direito a escolher entre no mínimo seis datas para o vencimento de suas contas, determina projeto da Câmara (PLC 104/05) aprovado pelo Senado e que vai a sanção.

### REEMBOLSO

O Plenário aprovou a ampliação para um ano da validade dos bilhetes de passageiros rodoviárias intermunicipais e internacionais, independentemente de estarem com data e horários marcados. O PLC 51/07 também dá ao consumidor o direito de remarcação e de reembolso, caso desista da viagem.

### NA INTERNET

Os Detrans de todo o país serão obrigados a divulgar, em seus sites na internet, os autos de infração e proibir a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo. É o que prevê o PLC 116/07, aprovado pelo Plenário e que vai a sanção. A divulgação tem que ocorrer em no máximo sete dias após a infração, determina o projeto.

### SEGURANÇA

Passa a ser obrigatório o uso de proteção no motor, no eixo e nas partes móveis das embarcações, para proteger os passageiros e a tripulação contra o risco de acidentes, determina o PLC 109/08, aprovado no Senado e enviado a sanção. Quem descumprir a lei poderá ter a habilitação apreendida e o barco retirado do tráfego.



César Borges (C), autor da PEC Paralela, cuja votação foi acompanhada por dezenas de suplentes de vereadores

# economia

FOTOS: GERALDO MAGELA



O senador Francisco Dornelles (E) é o presidente da comissão que já tem relatório preliminar apresentado por Tasso Jereissati

## Falta de crédito e altos juros são vilões da crise

Relatório preliminar da comissão de acompanhamento da crise econômica critica cálculo do *spread* bancário e registra impacto fiscal nos estados

O comportamento do crédito e do *spread* bancários na crise financeira mundial foi o foco do relatório preliminar da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE). O documento traz um diagnóstico a respeito do impacto da crise sobre a economia brasileira e recomendações para acelerar o crescimento econômico.

Após atestar que uma recessão se instalou no Brasil depois de setembro de 2008, o senador apontou que houve contenção

drástica e encarecimento do crédito, notadamente o ofertado ao setor produtivo.

Jereissati reconhece os esforços do governo para reaquecer esse mercado e a indústria, “de longe o setor mais afetado da economia, com intensa queda de produção e, pior, do emprego”. Tanto a expansão de crédito para giro e fomento ao investimento pelos bancos públicos como a política de isenção de impostos para veículos e eletrodomésticos movimentaram a produção e o consumo.

O relatório ressalta os prejuízos fiscais dos governos estaduais e

municipais com a recessão e a concessão de incentivos fiscais, o que reduziu o volume dos repasses dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

O elevado patamar do *spread* bancário e a forma de cálculo usada pelo Banco Central, afirma o documento, devem ser investigados, por representar mais da metade do custo total dos empréstimos. Uma das deficiências estaria em considerar o custo financeiro dos bancos na captação de recursos apenas pelo CDB, sem levar em conta os depósitos à vista.

## Empregabilidade será próximo alvo da comissão da crise

A Comissão de Acompanhamento da Crise deverá se debruçar agora sobre o emprego. Segundo Francisco Dornelles (PP-RJ), que preside a comissão, propostas para a geração de empregos deverão ser apresentadas até agosto.

As sugestões para ampliar o crédito ao setor privado e reduzir os juros, que dependem de patamares mais razoáveis para o *spread* bancário, vão se concentrar no enfrentamento da inadimplência.

O relatório de Jereissati sugere a implantação do cadastro positivo e do fundo público de aval; a maior concessão de empréstimos por bancos que avaliem bem o risco; benefícios fiscais para bancos com gestão adequada; e desestímulo a esquemas de concessão irresponsável de crédito.

O relatório destaca o aprimoramento da regulação do sistema financeiro, a uniformização de alíquotas do Imposto de Renda

sobre aplicações financeiras e o uso dos bancos oficiais para baixar os juros. Outras iniciativas recomendadas: aumento da transparência bancária e financeira, equilíbrio das contas públicas e medidas tributárias de estímulo econômico. “As autoridades econômicas merecem todo apreço e apoio pela rápida e eficiente reação diante da crise e da recessão que assola a economia brasileira”, enfatizou Jereissati.

## Itamaraty monitora brasileiros em países mais atingidos pela crise

Os efeitos da crise financeira internacional são piores para os 3 milhões de brasileiros que vivem no exterior, especialmente em países onde a retração econômica é mais intensa. O assunto foi debatido pelos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Eles ouviram o embaixador Oto Agripino Maia, da Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo o embaixador, houve forte redução das remessas dos brasileiros que vivem no exterior para suas famílias desde outubro de 2008. De acordo com o Banco Central, a queda foi de 37% das remessas do Japão e de 25% dos

EUA para o Brasil, no primeiro trimestre de 2009.

– Desde a deflagração da crise e desde que sentimos que podia estar havendo incidência sobre as comunidades brasileiras que habitam no exterior, passamos a monitorar a situação – informou.

No caso do Japão, disse Oto Maia, se os brasileiros perderem o emprego, têm pouca alternativa que não o retorno ao Brasil. Já nos EUA e na Europa existe maior multiplicidade de perfis. Há a possibilidade de mudar de região e de atividade.

Segundo o diplomata, cerca de 1,2 milhão de emigrantes vivem nos Estados Unidos. No Japão há 315 mil brasileiros.

### BANCO CENTRAL

O presidente e os diretores do Banco Central deverão comparecer ao Senado a cada seis meses, sempre em março e setembro, para expor as diretrizes e os resultados das políticas implementadas pela instituição. A medida é prevista no PLS 126/07, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

### DEDUÇÃO DO IR

Empresas e pessoas físicas podem passar a contar com dedução do Imposto de Renda ao fazerem doações ou oferecerem patrocínio a entidades sem fins lucrativos que desenvolvam ações de amparo e inclusão social de jovens entre 15 e 29 anos. A medida está prevista no PLS 269/08, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

## País cumpre meta de superávit primário, informa Tesouro

Na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, demonstrou que o governo cumpre, com sobra, a meta de superávit primário, fixada pelo Congresso na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2009.

Nos primeiros quatro meses deste ano, o Tesouro poupou R\$ 22,97 bilhões, R\$ 3,98 bilhões a mais que os R\$ 18,99 bilhões previstos na meta.

O superávit primário é a diferença entre as receitas e despesas do setor público, excluídos o principal da dívida e os juros. Essa economia é reservada para pagamento da dívida pública.

– [O Brasil] está tendo a poupança para manter estável a relação entre a dívida e o produto interno bruto [PIB]. Isso demonstra uma condição de

honrar compromissos – disse.

Augustin comemorou ainda o crescimento em 26% dos investimentos. No ano passado o investimento total do governo central, nos quatro primeiros meses, atingiu R\$ 5,37 bilhões, e este ano, já somaram R\$ 6,76 bilhões.

De acordo com o relatório apresentado, a dívida pública interna caiu R\$ 1,68 bilhão no primeiro quadrimestre de 2009, passando de R\$ 1,275 trilhão, em 31 de dezembro de 2008, para R\$ 1,273 trilhão em 30 de abril de 2009, uma queda de 0,13%.

Seguindo a mesma tendência, a dívida federal externa passou de R\$ 132,21 bilhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$ 122,25 bilhões em 30 de abril deste ano.

### CRÉDITOS ESPECIAIS

O Congresso aprovou a abertura de créditos especiais no valor global de R\$ 7 bilhões, em favor da Presidência da República, dos ministérios das Cidades, da Defesa, das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia, e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Os sete projetos com os créditos vão à sanção presidencial. Os recursos destinam-se, entre outros, a obras em portos e aeroportos e ao reparalimento das Forças Armadas.

### EMENDAS À LDO

As comissões permanentes do Senado definirão na semana passada as emendas que apresentarão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010, em exame na Comissão Mista de Orçamento. Entre as propostas constam a de reduzir o superávit primário do próximo ano, dos previstos 3,8% do PIB para 1,6%; a de dotar o Judiciário de recursos para combater a morosidade da justiça; a de reforçar programas de apoio às mulheres vítimas de violência e de promover ações para o desenvolvimento do turismo interno no país.



Adelmir Santana (C), que pediu a realização do debate, é autor de projeto que permite preços diferentes entre vendas à vista e com cartão de crédito

## Cartões de crédito precisam de regulamentação urgente

A necessidade urgente de regulamentação e fiscalização do setor de cartões de crédito foi a opinião de todos os convidados para debate nas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal e de Defesa do Consumidor da Câmara.

Participaram o representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Marcelo Ramos; o chefe de Operações Bancárias do Banco Central (BC), José Antônio Marciano; o subprocurador-geral da República, Aurélio

Rios; a coordenadora jurídica da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Maria Inês Dolci; e o coordenador-geral de Análise Econômica da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Paulo Pettenuzzo de Britto.

Adelmir Santana (DEM-DF) ressaltou que as taxas cobradas pelas operadoras de cartão de crédito inflam os preços de produtos, já que são repassadas aos consumidores. O setor, disse, é concentrado (Visa e Mastercard detêm 84% do mercado), dificultando negociações pelos comerciantes.

WALDENIR RODRIGUES

## entrevista

Alvaro Dias

Paixão do país pelo futebol deve assegurar o êxito do evento, acredita o senador



# Alvaro Dias pede fiscalização rigorosa em obras para a Copa

**A**nunciadas as 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014, autoridades municipais e estaduais correm contra o tempo para garantir a construção dos estádios com recursos privados, já que o governo federal só bancará a infraestrutura. Presidente da CPI do Futebol, em 2001, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) teme um estouro no orçamento do evento e cobra fiscalização. "Abusos podem ocorrer", alertou ele, em entrevista à Agência Senado.

**Faltam cinco anos para a Copa de 2014. Quais as suas perspectivas com relação ao êxito do evento? O Brasil estará devidamente preparado?**

A paixão que há no Brasil em relação ao futebol assegura o êxito. Temos o cenário ideal, mas devemos assumir a responsabilidade de fiscalizar a execução do projeto. Temos vários anos pela frente, mas a verdade é que as obras estão paradas, especialmente nas áreas de infraestrutura de transporte e de segurança pública. Os aeroportos estão com obras totalmente paralisadas, até em virtude de denúncias do TCU [Tribunal de Contas da União]. É preciso prudência e que se convoquem à responsabilidade as autoridades ligadas a esse projeto.

**O governo federal já afirmou que não colocará recursos do Orçamento na Copa, a não ser em infraestrutura. O senhor acredita nisso?**

A declaração do governo não nos oferece nenhuma segurança. Tomemos como exemplo o Pan-2007, para o qual o governo forçou inclusive certas questões legais para que empréstimos fossem feitos pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES. No Pan, o orçamento inicial estourou em mais de 1.000%, houve um superfaturamento olímpico. Esse exemplo é importante e os dirigentes do esporte no Brasil não passaram por esse teste. Isso nos autoriza a manter a desconfiança. Nesse projeto da Copa 2014, abusos podem ocorrer. É preciso fiscalização, o Ministério do Esporte deve ser responsável por isso, utilizando-se das comissões específicas da Câmara e do Senado.

**Em cidades com menos condições haverá capacidade de amearhar recursos da iniciativa privada? A Copa se sustentará só com dinheiro privado?**

Com a crise, não acredito que seja fácil [conseguir financiamento privado]. Dou como exemplo o Corinthians, que é uma nação do futebol, e até hoje não conseguiu construir o seu estádio. Então, não irão me convencer agora que só por causa de dois ou três jogos a iniciativa privada vai se apresentar com recursos suficientes. Estou vendo os governos atuando, já há o uso de dinheiro público, como ocorreu para a construção de estádio em Brasília [o Bezerrão, no Gama, cidade do Distrito Federal]. Vai chegar o momento em que ou o governo investe ou o país vai passar vergonha. Não dá para ser ingênuo. Cuiabá, Manaus, Recife, Brasília – sem desmerecer nenhuma dessas cidades – não conseguirão. Eu acho uma temeridade e continuo insistindo para que haja fiscalização.

**O processo de escolha das sedes foi o adequado?**

Houve muito lobby, mas me parece que foi a Fifa que deu a palavra final. Não conheço a realidade das capitais escolhidas e não sei se seria possível realizar em menos capitais, o que seria mais econômico. Se conseguirmos uma organização favorável, uma estruturação suficiente, teremos benefícios. Curitiba, por exemplo, já tem condições de receber a Copa, mas precisa de investimentos também, como a construção do metrô. O estádio [Arena da Baixada] está quase pronto, com dinheiro do Atlético Paranaense. A cidade poderá ganhar muito com os investimentos que virão, também no comércio e, principalmente, na publicidade, que tem um valor que não se dimensiona. Há resultados favoráveis, mas receio que não ocorra fiscalização conveniente e a Copa possa significar desperdício de dinheiro público.

**Há previsão de mudanças**

**legislativas para atender a exigências da Fifa, como a aprovação de normas tributárias e alfandegárias, além da liberação da venda de bebidas alcoólicas em estádios. Não seria uma usurpação do Poder Legislativo?**

Isso é assumir um compromisso em nome de terceiros. O governo está muito seguro em relação ao seu poder no Legislativo. Ele tem maioria, mas não podemos aprovar absurdos em nome de uma competição. Liberar bebida alcoólica em estádios é uma decisão temerária. A violência tem derrotado a administração e bebida estimula a violência. O que argumentarão a favor [da liberação]? Que a segurança será exemplar? A vigilância perfeita?

**A CPI do Futebol, que o senhor presidiu, detectou uma série de irregularidades envolvendo o presidente da CBF, Ricardo Teixeira. Ele**

**hoje parece livre delas e vai comandar um dos maiores eventos da história do Brasil. O que o senhor pensa disso?**

Ele foi privilegiado com a conquista da Copa de 2002, exatamente no ano da conclusão da CPI. Se perdesse, talvez não conseguisse entrar no país. Pelo contrário, ao ganhar subiu a rampa [do Palácio do Planalto] para ser homenageado. A lentidão da Justiça adiou uma decisão, e hoje temos a necessidade de concluir o processo administrativo que corre na Receita Federal, para tratar dos outros, que estão no Judiciário, que foram paralisados, sem prejuízo da prescrição. Evidentemente, ele está autorizado a exercer a função de presidente da CBF, mas os precedentes exigem o cuidado da fiscalização rigorosa.

**O senhor pede cautela em relação à organização da Copa, evento que certamente mobilizará o país. O senhor teme passar por estraga prazeres?**

Procuró ser sincero, sem medir as consequências. Se não fosse assim, eu não poderia criticar o presidente Lula, que tem 80% de popularidade. Minha função é combater o que considero equivocado. No futebol é a mesma coisa. Inclusive,

o futebol é mais popular do que o Lula, mas eu não estou batendo na Seleção e o torcedor é inteligente e sabe disso. Sempre defendi a realização da Copa no Brasil, mas acho que o futebol será melhor, como atividade lúdica e geradora de riquezas, se nós tivermos dirigentes mais honestos e respeitadores do torcedor.

**"Liberar bebida alcoólica em estádios é uma decisão temerária"**

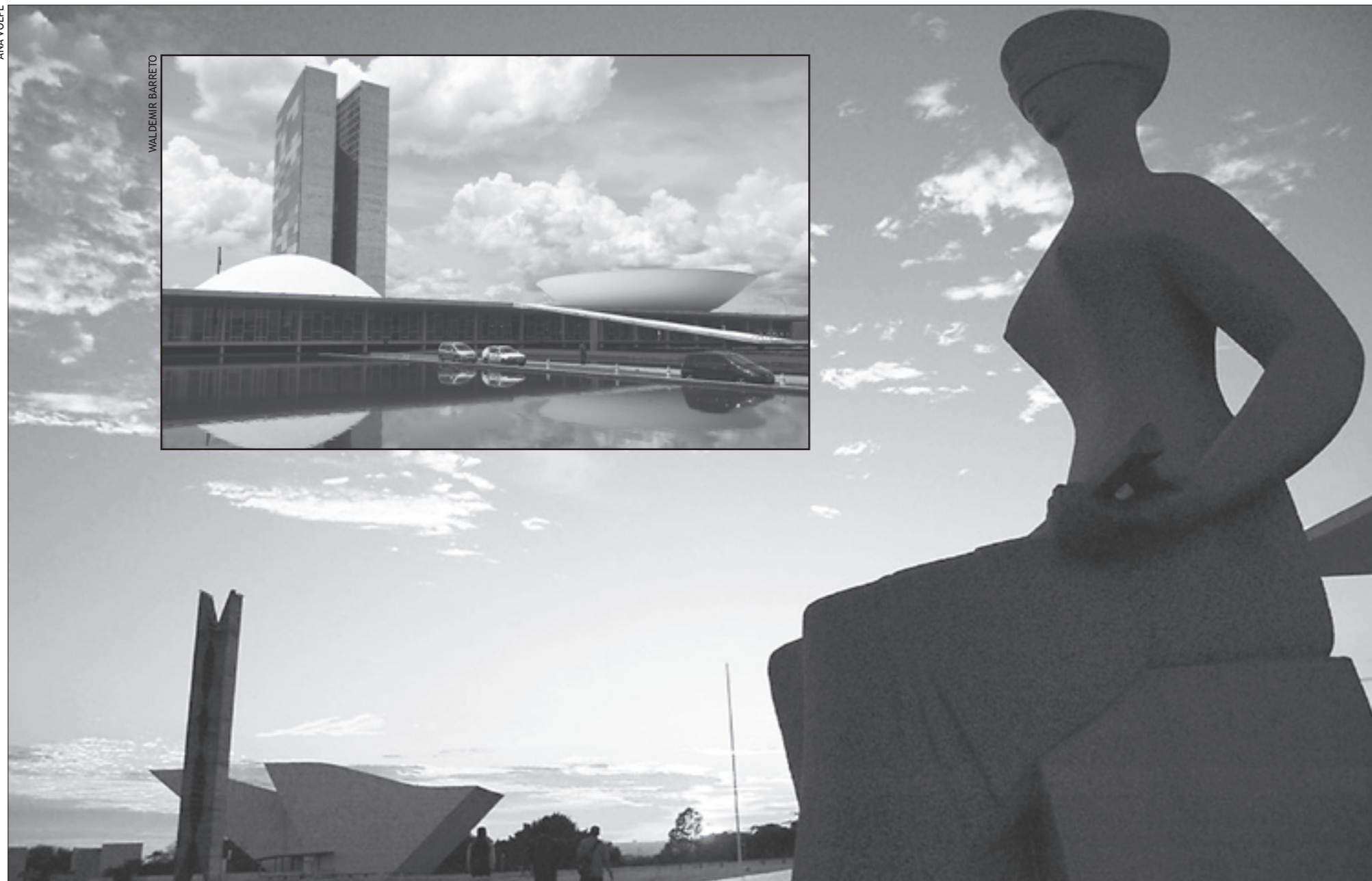
## Tapete novo

Investimentos em estádios podem chegar a R\$ 3,8 bilhões



Fonte: Prefeituras municipais

# legislação



Na Praça dos Três Poderes, estátua simboliza a Justiça: nos anos recentes, STF tomou iniciativas para fazer valer artigos da Constituição não regulamentados pelo Congresso (no detalhe), que agora reage

## Congresso se mobiliza para regulamentar a Constituição

Senado e Câmara criam grupos para avaliar quais mecanismos podem maior detalhamento legal

Diante da iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) de normatizar assuntos sobre os quais faltam leis aprovadas pelo Congresso, o Senado e a Câmara dos Deputados vêm se mobilizando para apressar a regulamentação de dispositivos da Constituição que pedem maior detalhamento legal. As duas Casas criaram recentemente comissões para levantar os assuntos constitucionais que dependem de leis ordinárias ou leis complementares para passar a valer. A intenção é aprovar o quanto antes as propostas necessárias para tirar da Carta Magna a pecha de "obra inacabada". Segundo levantamento feito na Câmara, dos 351 dispositivos constitucionais que precisam ser regulamentados, 142 ainda não tiveram leis específicas aprovadas (veja quadro), passados 20 anos da promulgação da Carta.

Quando presidiu o Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) diagnosticou a necessidade de reequilibrar o jogo com o STF, retomando a prerrogativa do Congresso de aprovar leis. Em fevereiro, propôs a criação de uma comissão para estudar quais artigos da Constituição ainda dependem de regulamentação para que efetivamente entrem em vigor. O grupo de trabalho foi instalado em 28 de maio, sob a coordenação do senador Renato Casagrande (PSB-ES). Já na Câmara, o presidente Michel Temer comanda esta semana reunião com o grupo criado para estudar o assunto, coordenado pelo deputado Régis de Oliveira (PSC-SP) e com a presença de diversos ex-presidentes da Casa. Temer espera que até o final de seu mandato, em janeiro de 2010, todas as regulamentações pendentes estejam aprovadas.



Garibaldi Alves, quando presidiu o Senado, propôs a criação da comissão que desde maio avalia as regulamentações necessárias

### OBRA INACABADA

Dos **351** dispositivos constitucionais, **142** ainda esperam a regulamentação, que pode ser essencial para aplicação dos direitos ou deveres previstos na Constituição.

Veja o número de dispositivos não regulamentados e a parte da Constituição a que se referem:	
Ordem Social	<b>29</b>
Organização do Estado	<b>26</b>
Direitos e Garantias Fundamentais	<b>17</b>
Tributação e Orçamento	<b>16</b>
Organização dos Poderes	<b>16</b>
Ordem Econômica e Financeira	<b>12</b>
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	<b>10</b>
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	<b>7</b>
Emendas Constitucionais	<b>6</b>
Disposições Constitucionais Gerais	<b>3</b>

80 NÃO TEM PROPOSTA  
62 JÁ TEM PROPOSTA  
209 REGULAMENTADOS

## TEMAS EM ABERTO

- ⊗ **CARGOS DE CONFIANÇA** da administração pública que devem ser preenchidos apenas com servidores concursados ou que podem ser ocupados por funcionários comissionados
  - ⊗ **SISTEMA ELEITORAL** e fidelidade partidária
  - ⊗ **INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA**
  - ⊗ plano complementar de **APOSENTADORIA** de servidores públicos (fruto da reforma da Previdência de 2003)
  - ⊗ **SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL** (em várias leis complementares)
  - ⊗ **DEMISSÕES** sem justa causa
  - ⊗ inviolabilidade de **LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA** e de crença
  - ⊗ liberdade ao exercício de **CULTO RELIGIOSO**
  - ⊗ garantia à **LIVRE LOCOMOÇÃO** no território nacional em tempo de paz
  - ⊗ transformação dos **TERRITÓRIOS FEDERAIS** em estados
  - ⊗ investimentos de **CAPITAL ESTRANGEIRO** e remessa de lucros
- Veja a lista completa de cada dispositivo constitucional não regulamentado em: [www2.camara.gov.br/legislacao/produtos/regulamentacao/conteudo](http://www2.camara.gov.br/legislacao/produtos/regulamentacao/conteudo)

## Comissões trabalham para compensar omissão recente do Legislativo

Simultaneamente, Câmara e Senado definirão como prioridade a conclusão do trabalho de garantir os direitos e deveres estabelecidos na Constituição de 1988, por meio da regulamentação dos 142 dispositivos constitucionais que precisam de leis ordinárias e complementares para entrar plenamente em vigor. No Senado, o grupo de trabalho da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) coordenado pelo senador Renato Casagrande tem outros cinco membros: Francisco Dornelles (PP-RJ), Valter Pereira (PMDB-MS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ). Além de evitar eventuais iniciativas normativas por parte do Judiciário, como no caso do direito de greve dos servidores públicos, os senadores também têm a preocupação de, na falta de leis novas, ainda continuarem em vigor até mesmo decretos e leis da época dos regimes militares, como a Lei de Imprensa, recentemente considerada inconstitucional pelo STF.

Garibaldi Alves entende que o Congresso não pode mais se omitir em sua função de legislar. Ele lembrou que o Poder Judiciário está "ativado" e vem tomando decisões sobre assuntos sobre os quais o Legislativo ainda não atuou, como na criação de novos municípios. O tema, apesar de ser fruto de uma emenda constitucional de 1996, desde então está sem regras detalhadas – o que, na prática, impede que isso aconteça. A Câmara está um pouco mais adiantada no trabalho. O presidente Michel Temer, ao ser eleito, em fevereiro passado, incluiu a regulamentação da Carta entre as prioridades de seu mandato, como forma de reafirmar as prerrogativas do Congresso. Nesta terça-feira, às 15h30, a comissão especial criada por Temer se reúne para definir o roteiro de trabalho. Segundo seu coordenador, Régis de Oliveira, a comissão terá dez grupos temáticos e cada um terá um deputado como relator e identificará os projetos de leis em tramitação no Congresso e os temas sobre os quais ainda não há propostas. A ideia é que a comissão encaminhe propostas, substitutivos e até novos projetos para votação prioritária na Câmara, unindo forças também com o Judiciário. "É rigorosamente impossível aprovarmos 140 leis dessa importância em dois anos", avalia, realista, o deputado Flavio Dino (PCdoB-MA), que faz parte da comissão. Ainda assim ele se mostra otimista, por considerar a abordagem correta e a aprovação das leis essencial.



Presidida por Temer, comissão se reúne nesta terça-feira para definir roteiro de trabalho. O coordenador, Régis de Oliveira (de óculos), diz que a ideia é dividir tarefa em dez áreas

## À falta de leis aprovadas, Supremo decide agir

Nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem mudando suas interpretações sobre a inexistência de leis que garantam direitos constitucionais. Entre essas mudanças, está a que mais causou reação entre os parlamentares: a iniciativa de regulamentar assuntos sobre os quais o Congresso não havia aprovado leis previstas na Constituição. A resposta é dada por meio de julgamentos de mandado de injunção (leia abaixo) ou, ainda, pela edição de súmula vinculante, criada pela reforma do Judiciário em dezembro de 2005, que cristaliza a jurisprudência sobre determinado assunto. Foi o caso, por exemplo, da definição de regras para o uso de algemas pela polícia.

A renovação no STF (nos últimos sete anos, foram substituídos oito dos 11 ministros) e o amadurecimento da democracia após 20 anos de vigência da Constituição explicam a mudança. Apesar de não representar o poder político do Congresso de aprovar as leis, o Judiciário tem, ao mesmo tempo, a função de se pronunciar para interpretar a legislação e agir quando houver omissão do Legislativo.

O mandado de injunção é uma das ferramentas da Constituição para isso. Porém, antes de 2007, o instrumento foi dado como inócuo, pois o Supremo se restringia a declarar que o Congresso deveria legislar sobre o assunto. Desde então, o STF tem dado tratamento diferente ao mandado de injunção. Em diversas decisões, o tribunal, para viabilizar o direito negado pela ausência de lei específica,



Julgamento no STF: tribunal, renovado com oito novos ministros, passou a decidir em mandados de injunção, regulamentando direitos constitucionais

regulou a omissão do Legislativo estendendo os efeitos de outras leis, como se fosse a própria regulamentação do assunto. É o caso da regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, para o qual o Supremo sugeriu a adoção da lei que rege a greve para trabalhadores da iniciativa privada.

Em outras situações, o Supremo apontou a falha legal e deu ao Congresso tempo para regulamentar. Ficou subentendido que, vencido o prazo, o Judiciário encontraria meios de suprir a lacuna – e foi o que aconteceu com a regra para criação de municípios.

Porém, mesmo depois de vencido o prazo, as regras constitucionais, sem regulamentação, impedem na prática a criação de novos municípios, mesmo que esse seja um desejo legítimo das populações locais.

**Súmula vinculante é um dos meios de ação do Judiciário**

"Não se pode tolerar, sob pena de fraudar-se a vontade da Constituição, esse estado de continuidade, inaceitável, irrazoável e abusiva inércia do Congresso, cuja omissão, além de lesiva ao direito dos servidores públicos civis – a quem vem se negando, arbitrariamente, o exercício do direito de greve, já assegurado

pelo texto constitucional –, traduz um incompreensível sentimento de desprezo pela autoridade, pelo valor e pelo alto significado de que se reveste a Constituição", afirmou

o ministro Celso de Mello na sessão do Supremo em que se decidiu a regulamentação do direito de greve do servidor, em 2007. A declaração é vista como um resumo dessa nova postura do STF, que fez o Congresso acordar para a necessidade urgente de regulamentar todos os dispositivos da Constituição.

## Mandado de injunção preserva direito constitucional

Previsto na Constituição, o mandado de injunção visa preservar um direito constitucional mesmo que o Executivo e o Legislativo não tenham tomado as medidas necessárias para regulamentá-lo. Até 2007, a tendência entre os ministros era de que não cabia ao tribunal formular uma solução para um vácuo legislativo. O máximo que o STF fazia era oficiar o Legislativo sobre sua omissão.

A decisão de outubro de 2007 acerca das regras para greves de servidores públicos ilustra a mudança de visão do STF. Na falta de lei específica que regulamente o artigo da Constituição sobre o assunto (art. 37, inciso 7º), o Supremo entendeu que, enquanto não for aprovada pelo Congresso, vale a legislação aplicada aos trabalhadores de empresas privadas (corte de ponto, de salários e manutenção de serviços essenciais).

Deputados e senadores afirmam que a pressão dos servidores públicos impediu até hoje, 20 anos depois de promulgada



Apresentada em 1989, proposta de Paulo Paim sobre direito de greve dos servidores ainda não foi votada

a Constituição, a aprovação da lei da greve. O senador Paulo Paim (PT-RS) lamenta a "paralisia" dos trabalhos e lembra ter apresentado, em 1989, projeto que está engavetado na Câmara. Outra proposta sua sobre o assunto tramita no Senado. Entre 1990 e 2009, 869 mandados de injunção foram impedidos no STF, sendo que nos últimos dois anos o volume vem aumentando consideravelmente, desde a decisão sobre a greve no serviço público.

Já a criação de municípios a partir da Emenda Constitucional 15/96 ficou atrelada à aprovação de lei complementar federal, o que nunca aconteceu. Ou seja, ao tentar barrar a proliferação indiscriminada de municípios por lei estadual, a emenda fechou as portas. A situação ficou mais grave quando o Congresso aprovou e o presidente Lula vetou lei complementar em 2003, sob o argumento de inconstitucionalidade.



# Projeto de lei unifica horário em todo o país

Proposta que adota fuso horário único com base na hora de Brasília afetaria seis estados do Norte e do Centro-Oeste, onde assunto divide população

Em Brasília, 19 horas. E também em Manaus, assim como em Boa Vista, Rio Branco, Campo Grande ou Fernando de Noronha. Se depender de projeto de lei aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na semana passada, todos os relógios no território nacional adotarão a mesma hora, a da capital do país. Desde a entrada em vigor da Lei 11.662/08, em junho passado, o Brasil conta com apenas três fusos horários (incluindo o do Arquipélago de Fernando de Noronha) e somente seis estados mantêm horários diferenciados em relação a Brasília: Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima.

Em 1914, um decreto presidencial criou a hora legal brasileira. Os fusos então existentes eram duas, três, quatro ou cinco horas a menos que a do meridiano de Greenwich, que por convenção divide o globo terrestre em Ocidente e Oriente (veja o infográfico), permitindo a medição da longitude. Pelo projeto, a hora legal brasileira deverá ser apenas a de Brasília, com três horas de atraso em relação a Greenwich.

Aprovado na CAE, agora o PLS 486/08, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), segue para análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em decisão terminativa. Virgílio defende a modificação com base, principalmente, em argumentos econômicos, enumerando os problemas causados pela diferença de horários.

– Ela causa prejuízo à integração econômica, provoca a deficiente integração dos centros comerciais e industriais de Manaus, Rio Branco, Cuiabá, Campo Grande, Porto Velho e Boa Vista nos negócios realizados nas praças do centro-sul e um enorme descompasso no ritmo vertiginoso de progresso nas

comunicações e nos transportes – descreveu o senador.

Porém, nos blogs da internet, as opiniões de moradores da região amazônica contrários à mudança do fuso horário são abundantes. Os opositores à ideia apresentam argumentos como a dificuldade de ajuste do “relógio biológico” das pessoas ao despertar artificial, pois 6h ainda será plena noite. Também atribuem a iniciativa à pressão das grandes redes de televisão, que veem na unificação do horário uma solução para a sua virtual incapacidade de seguir, com os fusos atuais, as normas de classificação etária para exibição de programas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados adiou, na semana passada, a análise do Projeto de Decreto Legislativo 981/08, do deputado Flaviano Melo (PMDB-AC), que sugere referendo sobre a mudança de fuso ocorrida no Acre em 2008.

No mês passado, a mesma CCJ rejeitou sugestão para realizar audiência pública a fim de discutir as alterações de fuso horário na região amazônica.

## Mudança começou pelo Acre

A Lei 11.662/08, baseada em projeto do senador Tião Viana (PT-AC), já havia eliminado no ano passado o quarto fuso, elevando a hora do estado do Acre e de partes do Amazonas e do Pará para, pelo menos, uma hora em relação à de Brasília. O Acre vivia “espremido” entre os horários dos estados vizinhos e da Amazônia peruana e boliviana (todos com uma hora a menos que Brasília), com prejuízos para a população e a economia do estado.

– O Acre não tinha em 1913 uma população que brigasse e estabelecesse aquilo que é o melhor para a sua vida natural – disse Tião Viana.



Arthur Virgílio: diferença de horários prejudica integração econômica e causa descompasso nas comunicações



Tião Viana foi o autor da lei que elevou a hora no Acre e em municípios do Amazonas e do Pará



Observatório de Greenwich, na Inglaterra: hora de Brasília, três a menos em relação ao meridiano, poderá ser a de todo o Brasil

## Alteração resolve o problema de exibição de programas de TV em horários impróprios

A adoção de um fuso horário único em todo o território brasileiro conta com o apoio entusiasmado das empresas de radiodifusão, que se viram diante de um dilema com a exigência legal de exibição dos programas em horários de acordo com a classificação indicativa. Como as programações são em rede nacional, uma novela liberada para as 18h não poderia ser exibida às 17h de Rio Branco sem

desrespeitar a legislação.

Depois de aprovado no Senado, em 2008, o projeto de Tião Viana extinguindo o quarto fuso horário brasileiro foi alvo do lobby das emissoras legal de exibição dos programas em horários de acordo com a classificação indicativa. Como as programações são em rede nacional, uma novela liberada para as 18h não poderia ser exibida às 17h de Rio Branco sem

desrespeitar a legislação.

A Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert) chegou a pedir a adoção de um fuso só. Mas a relatora do projeto na Câmara, deputada Rebecca Garcia (PP-AM), mesmo ligada a uma empresa de TV no seu estado, não encampou a proposta.

Para o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), a iniciativa ajuda a resolver parte do

problema das grades das redes de TV. O presidente do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de Rondônia, Antônio Luiz Campanari, afirma que a unificação vai facilitar bastante o dia a dia dos brasileiros em relação a serviços bancários e de comunicações.

Em outros países de dimensões continentais, os fusos horários não atrapalhavam a vida das emissoras

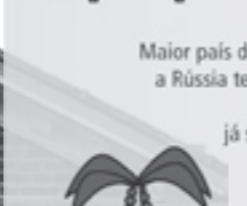
porque lá existe o que se chama de flexibilidade na grade de programação, que permite às emissoras locais usarem a programação gerada pela cabeça de rede no horário que lhes for mais conveniente, complementando a grade com programas regionais. No Brasil, os contratos em geral proibem essa flexibilização, que seria a saída para as TVs do Norte e Centro-Oeste do país.

### A dança dos ponteiros



#### O réveillon é meu!

Pequenos países no Pacífico Sul brigam pelo título de primeiro lugar do mundo a celebrar a chegada do Ano-Novo. Na virada do milênio, o minúsculo arquipélago de Kiribati “deslocou” por sua própria conta a linha internacional do fuso para levar na marra o troféu de primeiros a ver o novo século.

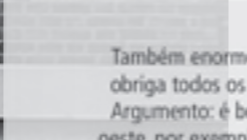


Maiores países do mundo em extensão territorial (e também longitudinal), a Rússia tem 11 fusos horários. Mais de 10 mil quilômetros separam os dois extremos. Quando é meio-dia na capital, Moscou, já são 21h nas longínquas cidades no extremo leste da Ásia.



#### Mutretas do tempo

Os Estados Unidos, oficialmente, têm nove fusos horários. Mas só porque inclui o Havai e outras ilhas do oceano Pacífico, além do Alasca e Porto Rico. Com sua área só na América do Norte, o número fica reduzido a cinco.



Também enorme, a China deveria ter cinco fusos horários. Mas o governo obriga todos os relógios do país a adotarem o horário da capital, Pequim. Argumento: é bom para os negócios. Paga o pato quem mora no extremo oeste, por exemplo, onde na maior parte do ano o sol só dá as caras às 9h.



#### Fora da confusão

Os polos Norte e Sul ficam fora da partilha dos fusos horários e adotam uma hora única, que é a de Greenwich. Mas este é o menor de seus problemas. Devido à inclinação do eixo terrestre, durante o inverno austral, no polo Sul, o sol permanece abaixo do horizonte por 6 meses, fazendo as temperaturas despencarem para menos de 50 graus negativos. No verão, a situação se inverte, e o sol é presença constante até mesmo à meia-noite. Condições inversas ocorrem no polo Norte.

## Mudança não é unanimidade e interesses econômicos são muitos

Para os defensores da unificação dos fusos horários brasileiros, a medida poderá ajudar os estados das regiões Norte e Centro-Oeste a se integrarem mais rapidamente ao ritmo de desenvolvimento do restante do país. É o que asseguram, por exemplo, os senadores Arthur Virgílio e Tião Viana. O próprio governador do Acre, Binho Marques, declarou, à época da mudança, que “esse ajuste é extremamente necessário”.

Mas muitos não acham que as eventuais vantagens econômicas possam justificar a alteração, ou mesmo que elas sejam de fato as razões principais. Em sites e blogs na internet, moradores da região, em especial do Acre – onde já houve mudança de fuso no ano passado –, dizem que a medida beneficia principalmente os empresários e as redes de televisão, pressionadas pelo Ministério Público a exibir os programas nos horários compatíveis com a classificação etária.

Em seu blog, o jornalista Deocleciano Souza, de Manaus, afirma que unificar os fusos só atenderia aos

interesses das empresas de radiodifusão, que não estariam dispostas a gastar com equipamentos e pessoal para adequar, na região, a grade de programação aos horários permitidos.

O agrônomo e mestre em Botânica Evandro Ferreira, de Rio Branco, lembra que mudar a hora altera radicalmente os hábitos da população que vive na região Norte.

– Se igualar a Brasília, ainda vai estar escuro às sete da manhã. Além disso, para quem vive na floresta, como os seringueiros, não importa o que diz o relógio, mas sim que o sol nasce e é hora de ir trabalhar.

Fabiana Mesquita, moradora de Rio Branco, diz no blog Overmundo que a mudança foi para melhor. Ela lembra que, quando o Acre tinha o fuso de duas horas a menos em relação a Brasília, no horário de verão a diferença subia para três horas. Isso fazia com que o acreano tivesse que se ajustar a praticamente tudo que envolve os outros estados.

– Não é possível sacar mais de R\$ 100 a partir das 20h – afirma.

### Uma pequena história dos fusos

Quando o homem sentiu a necessidade de marcar o tempo, ele inventou o relógio de sol. Cada local ajustava seu “meio-dia” pelo instante em que o sol estava a pino, produzindo sombra bem em baixo dos objetos.

Com a invenção de meios de transporte que tornaram bem mais rápidas as viagens, esse método passou a apresentar um problema: muitas localidades relativamente próximas entre si tinham horários diferentes, o que criava dificuldades. Na Europa, onde hoje existem apenas três horários, até o século 18 havia 27 horas diferentes. Nos tempos de Abraham Lincoln, a América do Norte (que hoje tem somente cinco horários) adotava 74, às vezes com diferenças de 15 minutos entre uma cidade e outra. A saída veio em uma conferência em Roma, na Itália, em 1883. Decidiu-se partilhar os

360 graus da circunferência da Terra em 24 “fusos horários”. Cada faixa de horário único abrange 15 graus de longitude, criando-se linhas imaginárias chamadas de meridianos. É claro que ao se cruzar uma dessas linhas imaginárias não se vê o sol descer rapidamente. A única mudança brusca é do horário (equivalente a uma hora), ainda que a posição relativa do planeta e as condições de luminosidade no céu pouco se alterem. Só no ano seguinte (1884) uma outra conferência, agora em Washington (EUA), adotou o meridiano de Greenwich, próximo a Londres, como referência para o meio-dia oficial da Terra. Mas por que Greenwich? Simples: a maior parte das cartas geográficas da época eram feitas pelos ingleses e destacavam esse meridiano. Hoje, todas as nações do mundo adotam a mesma convenção e é a partir do meridiano de Greenwich que as horas são contadas.

### Como é hoje o território brasileiro

A área territorial brasileira está compreendida entre os meridianos de 30° e 75° a leste do meridiano de Greenwich, dividida em três fusos desde dezembro passado. A hora legal brasileira foi estabelecida por meio do Decreto 2.784, de 18 de junho de 1913.



O primeiro fuso horário tem uma hora a menos do que a de Brasília. Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amazonas e Acre integram este fuso.



O terceiro fuso, que é de uma hora a mais em relação ao Distrito Federal, engloba Fernando de Noronha, Atol das Rocas, Penedos São Pedro e São Paulo, Ilha da Trindade e Ilhas Martins Vaz.

A hora oficial brasileira segue o fuso do Distrito Federal, que engloba também os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Amapá e Pará (a leste do Xingu).

## É contra a natureza, afirma pesquisador do Inpa



Evandro Ferreira, do Instituto de Pesquisas da Amazônia

“Os fusos horários, estabelecidos após anos de observações por parte de pesquisadores e estudiosos, não existem para ser manipulados. Existem porque os horários do nascer e do pôr do sol variam na superfície da terra no sentido Leste-Oeste e ao longo das diferentes estações do ano, quando o Sol está mais ou menos distante do Equador.

Portanto, adotar ou ajustar temporariamente os fusos horários previstos para cada região é uma forma de acomodar o cotidiano das pessoas à dinâmica natural do dia e da noite. É uma forma de garantir conforto às pessoas, pois o relógio biológico delas funciona dessa forma. Adotar o fuso horário único é uma aberração geográfica e certamente causará prejuízos ‘biológicos’ à população. Implantar a medida atenta contra a democracia, a natureza e o bom senso geográfico. O Brasil não é a China – país de dimensões continentais que comporta cinco fusos –, onde, de forma ditatorial, estabeleceram o horário único.”

## Quero meu fuso de volta, reclama moradora



Annie Manuela, na blog Quase em Off (http://quaseemoff.blogspot.com)

“Mudaram o fuso horário do Acre, e o sol passou a nascer só às 7h da manhã. Já faz tempo, mas não consigo me acostumar, e acho que nunca vou. Acordo com o despertador tocando às 6h da manhã, mas meu cérebro teimoso insiste em perceber que o horário normal seria 5h, então a função soneca do despertador é ativada umas três vezes. Sempre me arrumo às pressas. Tenho que chegar às 7h; às vezes consigo, muitas vezes não. Ao menos eu trabalho só seis horas corridas, porque sou funcionária pública. Agora imaginem a situação de quem trabalha no comércio. Essa mudança só foi boa para os empresários, pois podem explorar mais os funcionários sem que muitos nem percebam (pensam que ainda está cedo, já que o sol está lá no alto).

Quem teve esta infeliz ideia não se preocupou um pouco com a mudança que causaria na vida das pessoas. Havia uma história do referendo para a lei. Teremos direito de escolher se queremos continuar com esse horário errado?”

### Projetos de lei garantem consulta à população que será atingida

**PDS 55/08**, do senador Valter Pereira (PMDB-MS). Convoca plebiscito sobre a mudança do fuso horário do estado do Mato Grosso do Sul para igualá-lo ao de Brasília.

**PLS 177/08**, do senador Delcídio Amaral (PT-MS). Altera o Decreto 2.784, de 18 de junho de 1913, para

modificar os fusos horários dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul de quatro para três horas em relação ao fuso horário de Greenwich.

**PDS 952/03**, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Propõe convocação de plebiscito sobre adoção ou rejeição definitiva do horário de verão no Brasil.

## comissões

# Poder de investigação do MP precisa de definição

Questão não estaria prevista no atual Código de Processo Penal nem no projeto de novo código

A possibilidade de o Ministério Público (MP) fazer investigações foi um dos temas abordado na terceira audiência pública promovida no Senado pela comissão que estuda a proposta de novo Código de Processo Penal (CPP). Os participantes concordaram sobre a importância de atualizar o CPP, vigente há quase 70 anos, contemplando avanços previstos na Constituição de 1988.

Segundo o representante do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Fernando Fragoso, tanto o atual CPP (Decreto-Lei 3.689/41) como o projeto de novo código (PLS 156/09)

não definem qual a autoridade competente para a investigação criminal. Por haver indefinição, observou, o MP investiga, sendo que o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não se pronunciou sobre o assunto.

O representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia (Adepol), Mario Barros Filho, defendeu que a investigação seja função da Polícia Judicial.

Já o representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Marcellus Lima, afirmou que a investigação feita pela instituição é realizada apenas de forma supletiva.

## Aprovada estrutura para o Conselho do Ministério Público

O Senado aprovou projeto (PLC 83/09) que estrutura o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), criando 39 cargos de chefes, assessores, coordenadores e secretários administrativos e outras 39 funções de confiança. A proposta vai a sanção.

O relator na CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), argumenta que é preciso equiparar o tratamento entre o CNMP e o Conselho Nacional de Justiça

(CNJ). “A inexistência de estrutura organizacional e funcional do CNMP tem produzido resultados negativos na medida em que os conselheiros têm encontrado dificuldades enormes na sua atuação, o que interfere decisivamente na efetividade das suas atribuições”, explica o relator. A estrutura proposta, disse Demostenes, é “bastante enxuta”, mas suficiente para dar os meios necessários ao desempenho do CNMP.

## Menos exigências para indicados

Antes de passar pelo crivo da Comissão Diretora, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) a projeto de resolução do Senado (PRS 22/09) sobre a supressão de exigências para indicados aos conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público.

A proposta é do senador José Sarney (PMDB-AP), que afirma que a intenção da resolução é evitar que o indicado possa obter vantagens influenciadas, de alguma forma, pelo exercício de cargo nos conselhos. Sarney acrescenta que as exigências atuais têm gerado como efeito colateral o desestímulo a bons juízes.

## Marcelo Neves vai representar Senado no CNJ

O nome do advogado Marcelo Neves foi aprovado para representar o Senado no Conselho Nacional de Justiça para um mandato de dois anos. Ele disputou com três indicados por lideranças partidárias e será nomeado pelo presidente da República. Nesta semana, serão votadas outras 11 indicações para o CNJ, feitas por tribunais superiores, pela Procuradoria Geral da República e pela Ordem dos Advogados do Brasil. Criado pela reforma do Judiciário, de 2004, o conselho é composto por 15 ministros de tribunais superiores, juízes federais e estaduais, advogados e procuradores. Entre outras funções, o CNJ examina reclamações contra juízes.



Gérard Larcher visita o Senado, onde participa de reunião da Comissão de Relações Exteriores e de sessão do Plenário



## Presidente do Senado francês discute tecnologia

Os acordos de transferência de tecnologia na área de defesa entre a França e o Brasil contam com o “apoio integral” do Parlamento francês, disse o presidente do Senado da França, Gérard Larcher, durante visita à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Não se trata apenas de vender aviões e submarinos, mas sim de se concretizar uma transferência de tecnologia para hoje e para amanhã – disse Larcher.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, de Defesa e das Forças Armadas do Senado francês, Josselin de Rohan, convidou o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Sena-

do brasileiro, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a viajar à França, juntamente com uma delegação de parlamentares, para debater o tema. Rohan ressaltou a boa relação entre os presidentes Nicolas Sarkozy e Lula e observou que o presidente francês defende a presença do Brasil, como membro permanente, no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

– Existe uma imensa convergência entre os dois países a respeito de temas como o aquecimento global, a busca da paz mundial e a necessidade, comprovada pela atual crise econômica, de maior regulamentação

[dos mercados] – disse Rohan.

### Tristeza pela tragédia do voo 447

Ao receber a visita de Gérard Larcher, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, expressaram tristeza pelas vítimas do voo 447, que caiu no Atlântico, no último dia 1º, com 228 pessoas a bordo. Na ocasião, Larcher expressou a gratidão do povo francês pela valiosa colaboração prestada pelas Forças Armadas brasileiras em busca das causas dessa fatalidade.

– É nessa dificuldade que podemos comprovar o envolvimento dos amigos brasileiros.

## Especialistas debatem relações Brasil-Europa

Durante os debates do 16º Fórum Brasil Europa, ocorrido semana passada, Antônio Carlos Lessa, professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), frisou que a agenda entre Brasil e União Europeia (UE) para os próximos três anos terá, entre os principais temas, a criminalização dos imigrantes na Europa e a concessão de vistos consulares. Ele também destacou a relevância da questão energética. O fórum é uma realização conjunta do Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia, Fundação Konrad Adenauer e Universidade de Brasília. Entre os participantes do evento estavam Christian de Fillipi, conselheiro da embaixada da Suécia, e José Flávio Saraiva, professor de Relações Internacionais da UnB.

### EMBAIXADOR

A atração de investimentos para o Brasil e o estímulo à participação de empresas nacionais na exploração de petróleo no Kuaite estão entre as prioridades anunciadas pelo embaixador nomeado para aquele país, Roberto Abdalla. A indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

### VENEZUELA

O protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul será debatido em uma última audiência pública da Comissão de Relações Exteriores (CRE), no dia 9 de julho. Segundo foi acordado entre os integrantes da CRE, será uma audiência ampla, dividida em três painéis e com a participação de até 12 convidados, que serão escolhidos nos próximos dias.

### BANQUEIRO

O presidente José Sarney recebeu pedido do advogado norteamericano Robert Amsterdam para ajudar na libertação do banqueiro venezuelano Elísio Cedeño, preso desde 2007 na Venezuela, segundo o advogado, por motivos políticos. Sarney disse que encaminhará o dossiê sobre o caso, entregue por Robert, à Comissão de Relações Exteriores.

## Presença militar brasileira no Haiti é questionada

Representantes de movimentos sociais criticaram a presença de tropas brasileiras no Haiti, à frente de uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Em debate na Comissão de Relações Exteriores (CRE), os convidados ressaltaram que o problema haitiano é principalmente social e não se resolverá por via militar.

O diretor do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, advogado Aderson Bussinger, afirmou que militares da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), comandada pelo Brasil, ajudam a polícia haitiana a reprimir o movimento sindical. O senador José Nery (PSOL-PA) propôs que uma comitiva de senadores visite em breve o país caribenho.

## decisões

## Processos sobre tutela de direitos podem tramitar com mais agilidade

O Plenário aprovou matéria que confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, com objetivo de dar mais agilidade a tais ações judiciais.

Direitos difusos são amplos, que pertencem a todos, enquanto os coletivos são relacionados a um determinado grupo de pessoas. Já os individuais homogêneos são aqueles em que o interesse é individualizado.

O texto acatado foi elaborado

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre o PLC 81/05.

O projeto modifica a Lei 7.347/85, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; a Lei 4.717/65, que regula a ação popular; e a Lei 6.024/74, sobre intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

## CCJ aprova mais um projeto sobre exame de DNA

Proposta que estabelece a presunção de paternidade do suposto pai que se recusar a se submeter a exame genético (teste de DNA) em processo investigatório aberto com essa finalidade (PLC 53/07) foi acolhida pela CCJ na semana passada, acompanhando outra matéria que passou pela mesma comissão em maio (PLC 31/07). Os dois projetos irão a Plenário. Pelo PLC 53/07, a presunção de paternidade deve ser apreciada em conjunto com evidências que demonstrem, por exemplo, a existência de relacionamento entre a mãe e o suposto pai.

## Reconhecimento de acusados de pedofilia em SP

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia esteve em São José do Rio Preto (SP) para acompanhar o reconhecimento de supostos integrantes da rede de pedofilia desbaratada em Catanduva (SP) no início deste ano. O médico Wagner Rodrigo Brida Gonçalves e o empresário José Emanuel Volpon Diogo, que estavam foragidos, compareceram ao encontro. Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI, informou que na próxima reunião da comissão, marcada para esta terça-feira, devem ser votados requerimentos para ouvir os dois acusados em Brasília.



Mercadante (E, ao lado de Dornelles): "adolescente envolvido em violência e crimes é vítima das injustiças sociais"

# Rejeitado fim do limite para imputabilidade

Emenda de Magno Malta que prevê punição semelhante à de adultos a menores de 18 anos que praticarem crime hediondo não é acatada na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou emenda apresentada em Plenário por Magno Malta (PR-ES) à proposta de emenda à Constituição que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. A emenda eliminaria o limite de idade para imputabilidade em casos de crimes hediondos.

O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), explicou que as PECs

sobre esse tema já foram votadas em primeiro turno, restando vitoriosa a 20/99, do então senador José Roberto Arruda, a qual, após a análise da emenda na CCJ, volta ao exame do Plenário.

Aloizio Mercadante (PT-SP) leu manifestos – entre eles o do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) – contrários a qualquer proposta que venha a reduzir a maioria penal. Ele, assim como Pedro

Simon (PMDB-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Ideli Salvatti (PT-SC), propôs que, em vez de se reduzir a imputabilidade penal, deve-se fortalecer as políticas públicas de apoio aos jovens e o Estatuto da Criança e do Adolescente. A CCJ também rejeitou projeto (PLS 41/07) de Eptácio Cafeteira (PTB-MA) que previa a duplicação da pena para quem utilizar menores para a prática de crime.

## projetos aprovados

### De 15 a 19 de junho

#### Aprovados em Plenário, vão à sanção:

- ➔ **PLV 11/09** (MP 459/09) – Institui o programa Minha Casa, Minha Vida e regulariza assentamentos localizados em áreas urbanas.
- ➔ **PEC 47/08**, do Executivo – PEC Paralela dos Vereadores, limita os gastos municipais com câmaras de vereadores.
- ➔ **PLC 104/05**, da Câmara – Obriga as concessionárias de serviços públicos a oferecerem ao consumidor no mínimo seis opções para o vencimento das contas.
- ➔ **PLC 104/06**, da Câmara – Facilita a obtenção de cópias de processos por advogados e procuradores.
- ➔ **PLC 153/08**, da Câmara – Determina que as sentenças judiciais informem dados completos sobre o réu e o resumo da decisão.
- ➔ **PLC 59/07**, da Câmara – Estende as regras trabalhistas de contratos no Brasil às pessoas contratadas para exercer atividades no exterior.
- ➔ **PLC 75/06**, da Câmara – Mendicância deixa de ser considerada contravenção penal.
- ➔ **PLC 35/02**, da Câmara – Regulamenta a emissão de declarações de óbito.
- ➔ **PLC 22/05**, da Câmara – Restringe a leitura do processo de cassação do prefeito às peças solicitadas pelos vereadores e pelo denunciado.
- ➔ **PLC 51/07**, da Câmara – Amplia para um ano a validade dos bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais, interestaduais e internacionais.
- ➔ **PLC 18/09**, da Câmara – Cria 281 cargos no Tribunal Regional do Trabalho de Goiás (TRT-GO).
- ➔ **PLC 19/09**, da Câmara – Cria 335 cargos na Justiça Trabalhista do Paraná.
- ➔ **PLC 92/07**, da Câmara – Inclui no Sistema

Rodoviário Federal a ligação entre Redenção e Marabá, no Pará.

- ➔ **PLC 116/07**, da Câmara – Trata da divulgação e cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo.
- ➔ **PLC 24/08**, da Câmara – Determina a adaptação de brinquedos em parques de diversões a pessoas com deficiência.
- ➔ **PLC 109/08**, da Câmara – Torna obrigatório o uso de proteção no motor de embarcações.
- ➔ **PLC 19/09**, da Câmara – Cria cargos no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.
- ➔ **PLC 156/09**, da Câmara – Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais.
- ➔ **PLC 110/08**, da Câmara – Trata da participação do defensor público na lavratura de escrituras públicas.
- ➔ **PLC 103/05**, da Câmara – Proíbe aos empregadores exigir carta de fiança de empregados contratados pelo regime da legislação trabalhista (CLT).
- ➔ **PLC 83/09**, da Câmara – Reestrutura o Conselho Nacional do Ministério Público.

#### Aprovados pelo Congresso, vão à sanção:

- ➔ **PLN 4/09** – Crédito de R\$ 5,25 bilhões para financiar o programa Minha Casa, Minha Vida.
- ➔ **PLN 1/09** – Crédito de R\$ 492 milhões para a Presidência da República.
- ➔ **PLN 84/08** – Crédito de R\$ 142,5 milhões para o Senado, Justiça Federal, Eleitoral e do Trabalho, Presidência da República e Ministério Público da União, e **PLN 84-A/08** – Crédito de R\$ 7,1 milhões para o Senado, Justiça Eleitoral e Ministério Público.

- ➔ **PLN 79/08** – Crédito de R\$ 122,3 milhões para os ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional.
- ➔ **PLN 69/08** – Crédito de R\$ 7,6 milhões para o Ministério da Saúde.
- ➔ **PLN 66/08** – Crédito de R\$ 73 milhões para os ministérios do Planejamento e das Cidades.
- ➔ **PLN 56/08** – Crédito de R\$ 20 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia.
- ➔ **PLN 10/09** – Destina R\$ 42 milhões para o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, em Porto Alegre.
- ➔ **PLN 11/09** – Destina R\$ 149 milhões à base de lançamento em Alcântara (MA) e aos centros vocacionais tecnológicos (CVTs).
- ➔ **PLN 14/09** – Destina R\$ 305 milhões para o Ministério da Defesa.
- ➔ **PLN 6/09** – Destina R\$ 43,5 milhões para investimento em aeroportos.
- ➔ **PLN 5/09** – Destina ao Ministério das Relações Exteriores R\$ 25 milhões.
- ➔ **PLN 38/08** – Estima a receita e fixa a despesa da União para 2009.

#### Aprovado pelo Congresso, vai à promulgação:

- ➔ **PRN 5/08** – Cria a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

#### Aprovados em comissões, vão para a Câmara:

- ➔ **PLS 23/04**, do senador Marcelo Crivella (PR-RJ) – Exige dos municípios normas de utilização de energia solar nas edificações de uso coletivo. Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).
- ➔ **PLS 269/08**, da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) – Autoriza a dedução do Imposto de

Renda em caso de doações ou patrocínios para entidades voltadas à juventude. Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

➔ **PLS 100/06**, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – Isenta associações de moradores de taxas cobradas por registros civis em cartório. Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

➔ **PLS 136/03**, do ex-senador Paulo Octávio – Autoriza a produção e a guarda da escrituração contábil das empresas exclusivamente em meio eletrônico. Aprovado pela CCJ.

#### Aprovados em Plenário, vão à promulgação:

- ➔ **PDS 288/08**, do Senado – Acordo de cooperação técnica com o Afeganistão.
- ➔ **PDS 64/09**, do Senado – Acordo com a Argentina sobre intercâmbio de estagiários.
- ➔ **PRS 25/09**, do Senado – Autoriza a cidade de Porto Alegre a contratar financiamento junto ao BID.

#### Aprovado em Plenário, volta à Câmara:

➔ **PLC 118/05**, da Câmara – Cursos de filosofia e teologia realizados em seminários podem ser aproveitados em cursos de graduação.

#### Mensagens da Presidência da República:

Aprovadas as indicações de Luiz Gilberto Seixas de Andrade como embaixador na Guiana; João Solano Carneiro da Cunha na República Dominicana; Mario da Graça Roiter em Honduras; e Henrique da Silveira Sardinha Pinto na Argélia. Também foi acatado o nome do advogado Marcelo da Costa Pinto Neves para representante do Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

## saúde



Helena Freitas e senador Flávio Arns na CE, que debateu vínculo salarial entre professores de ensino básico e superior

## Dedicação exclusiva sem fonte de recursos

Coordenadora diz que Ministério da Educação não tem como pagar incentivo aos professores da educação básica proposto em projeto

O Ministério da Educação não considera viável, no momento, a ideia do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) de garantir piso salarial para professores da educação básica, em regime de dedicação exclusiva, equivalente a 70% da remuneração dos professores da educação superior com formação equivalente.

Em debate na Comissão de Educação (CE), Helena Costa de Freitas, coordenadora da Se-

cretaria de Educação Básica do ministério, reconheceu o mérito da proposta, mas disse que a iniciativa esbarra na falta de recursos. Segundo ela, o ministério não dispõe de orçamento nem para pagar o piso de R\$ 900 aos profissionais do magistério público da educação básica (Lei 11.738/08).

Cristovam argumentou que a dificuldade de custeio pode ser resolvida com um cronograma de prioridades. Ele disse, como

exemplo, que ninguém questiona de onde virão os recursos para a Copa do Mundo ou as Olimpíadas no Brasil e sugeriu que o mérito do projeto (PLS 4/09) seja analisado antes de se discutir a origem dos recursos.

Também participaram do debate o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, Roberto Leão, e o representante do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Antônio Lisboa.

## Salário desestimula magistério na Amazônia

A maior dificuldade das instituições de ensino da Amazônia é manter na região professores mestres e doutores, segundo disse a reitora da Universidade Federal do Acre (Ufac), Olinda Batista Assmar, à Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A reitora citou como dificuldades os baixos salários pagos aos professores e o alto custo de vida na região. Explicou que, como não há autorização para realizar concursos, tem que contratar professores substitutos, com um “salário vergonhoso” de R\$ 800. Ela lamentou a extinção do Adicional de Fronteira, pago a professores universitários de

instituições federais situadas nessas áreas.

– A gente não faz educação sem privilegiar a educação – protestou.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que é necessário mudar a forma de repasses de recursos para as universidades federais da Amazônia.

### ESTUDO DE TEOLOGIA

O Senado aprovou projeto (PLC 118/05) que traz regras para o aproveitamento de estudos teológicos e filosóficos, realizados em seminários e nos cursos de graduação correspondentes. De acordo com a proposta, os formandos em cursos de Filosofia e Teologia, com duração mínima de dois anos, feitos em seminários, podem ter seus estudos aproveitados, total ou parcialmente. Os pedidos deverão ser avaliados por banca examinadora especial.

### EDUCAÇÃO PARA A VIDA

As escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o país deverão dedicar uma semana ao tema Educação para a Vida, conforme projeto (PLC 112/08) aprovado pelo Senado. Nessa semana, as escolas abordariam temas como ecologia, meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor e Estatuto da Criança e do Adolescente.

### ENSINO DE ARTE

Projeto aprovado pelo Plenário inclui o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, no currículo obrigatório dos ensinos fundamental e médio. O PLC 75/06 foi elogiado pela relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS): “A atividade cultural brasileira, por sua diversidade, requer maior zelo por parte do poder público, a fim de se manterem fiéis as tradições e a genuinidade de suas manifestações”.

### UNIVERSIDADES ESTADUAIS

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto (PLS 2/07) de Osmar Dias (PDT-PR) que autoriza a União a participar do financiamento das instituições de educação superior mantidas pelos estados, visando à expansão da oferta de vagas e à qualidade dos cursos e programas. O projeto segue agora para análise da Comissão de Educação, onde receberá decisão terminativa. O senador explicou que a proposta beneficiará estados que não estão conseguindo manter, sozinhos, as universidades estaduais.

### MUSEU DA REPÚBLICA

Inaugurado no fim de 2007, mas ainda hoje sem acervo, o Museu Honestino Guimarães, em Brasília, também conhecido como Museu da República, pode reunir obras de arte atualmente espalhadas por órgãos federais. É o que estabelece proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. Pelo projeto (PLS 18/09), de Raimundo Colombo (DEM-SC), a Secretaria do Patrimônio da União realizará o levantamento de todas as obras existentes nos órgãos da administração direta, indireta e das fundações.

## Fundo para financiar substituição do tabaco por outras culturas

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defende incentivos para os produtores deixarem de plantar fumo. Projeto dele (PLS 176/07) que cria um fundo de compensação e para financiar pesquisas foi debatido na Comissão de Direitos Humanos e defendido pela secretária-executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, Tânia Cavalcanti.

– O projeto de lei é um importante instrumento para proteger a sociedade dos graves danos causados pelo tabaco – disse ela.

O presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Rio Grande do Sul, Iro Schünke, pediu que os parlamentares discutam



Proposta de Zambiasi, debatida na Comissão de Direitos Humanos, inclui apoio à pesquisa sobre tabagismo

amplamente o tema para não transferir a produção de tabaco para outros países, prejudicando os brasileiros.

## Acolhidas novas regras sanitárias internacionais

O Senado aprovou o novo Regulamento Sanitário Internacional, referendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2005. O regulamento, que começou a vigorar em 2007, aperfeiçoa os mecanismos de detecção e resposta aos surtos e epidemias, proporciona inspeção sistemática em aeroportos e amplia o rol de doenças cuja notificação é obrigatória, para abarcar todo evento de emergência de saúde pública de importância internacional.

## Aposentado com lúpus pode ficar isento de IR

Os proventos de aposentadoria ou reforma militar recebidos por pessoas com lúpus, epilepsia e artrite reumática poderão ficar isentos do Imposto de Renda. É o que determina projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta (PLS 467/03) será agora analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

## Comissão aprova isenção fiscal para equipamentos hospitalares

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou proposta que isenta os equipamentos e materiais hospitalares sem similar nacional da cobrança dos impostos de Importação (II) e sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para os Programas de Integração Social e de Formação do

Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep).

Pelo PLS 81/09, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), a lista dos equipamentos e materiais hospitalares a serem isentados de impostos deverá ser elaborada em conjunto pelos ministérios da Saúde e da Fazenda.

O projeto segue para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Especialistas pedem novas leis sobre propriedade intelectual

A legislação brasileira sobre propriedade intelectual precisa ser melhorada para garantir maior proteção aos direitos nacionais e, ao mesmo tempo, elevar o país a uma posição de destaque no cenário internacional. O alerta foi feito por quatro especialistas que participaram de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia.

A professora da Universidade de São Paulo Maristela Basso disse que o Brasil precisa ajustar a legislação, pois tem “marco regulatório dicotômico” sobre o

tema. Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Karla Christina Borges pediu mais discussão sobre o assunto no Congresso. O diretor-executivo da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), Francisco Alberto Teixeira, disse que o Brasil ainda está numa posição bastante modesta no contexto mundial nessa área. A pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Cláudia Chamas observou que o problema do acesso a medicamentos é “global”.

## investigação

# Acordo poderá permitir início da CPI da Petrobras

Instalação foi remarçada para o dia 30, anunciou Virgílio, que ressaltou estar aberto à possibilidade de abrir mão da relatoria da CPI das ONGs

O líder do DEM, Agripino Maia (RN), comunicou ao Plenário que o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), concorda com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras desde que a oposição devolva ao governo a relatoria da CPI das ONGs.

Agripino informou que o assunto já foi tratado com o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), cuja indicação para a relatoria das CPI das ONGs, no último dia 9 – no lugar de Inácio Arruda (PCdoB-CE), que ocupava o

posto por indicação da base do governo – tem sido apresentada como motivo para que os governistas obstruam a instalação da CPI da Petrobras.

– Não adianta o governo achar que o menor desgaste para ele é brigar para não instalar a CPI. Ela vai ser instalada – afirmou Agripino.

Segundo Virgílio, a instalação da CPI foi remarçada para o dia 30. Ele disse ter conversado com o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), e com Jucá, para que a comissão seja instalada o mais

rápido possível.

– Estamos muito abertos para discutir a relatoria das ONGs. O que nós não podemos prescindir é de fazer a investigação essencial sobre a Petrobras – frisou.

Virgílio salientou que, caso a oposição abra mão da relatoria da CPI das ONGs e, mesmo assim, o governo não garanta quórum para a instalação da CPI da Petrobras, a oposição deverá obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), impedindo o Congresso de entrar em recesso em julho.

## presidência

## TCU sugere aprovação das contas do governo

A carga tributária brasileira, em 2008, registrou crescimento nominal de 15,56% em relação a 2007, enquanto, no mesmo período, o crescimento nominal do produto interno bruto (PIB) foi de 12,93%. A informação consta do relatório que o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, ao lado do relator Augusto Nardes, entregou na quinta-feira ao presidente do Senado, José Sarney. O parecer prévio do TCU é pela aprovação das contas, com recomendações a ministérios e outros órgãos para a correção de falhas.

– Em 72% dos programas que analisamos, não encontramos os indicadores apropriados para fazer as auditorias com maior precisão – disse Nardes.

O documento faz considerações sobre o desempenho da economia brasileira em 2008, que registrou variação positiva de 5,08% do PIB em relação ao ano anterior, atingindo o montante de R\$ 2,89 trilhões. Aborda também os impactos da crise financeira internacional sobre a economia, notadamente no último

trimestre do ano.

Em relação a 2007, houve redução da taxa de desemprego, passando de 7,4% para 6,8%. Já o rendimento médio mensal do trabalhador evoluiu de R\$ 1.245,60 para R\$ 1.290,50. Outra novidade no mercado de trabalho foi a elevação do nível de emprego formal em 5,01%, com o setor da construção civil figurando como o maior responsável, com evolução de 12,9%.

Apesar de concluir que o Executivo observou os princípios de contabilidade aplicados à administração pública, o TCU faz ressalvas sobre 15 temas. Entre estes, estão o descumprimento de determinação constitucional para a aplicação de recursos destinados à irrigação e deficiências nos dados que deveriam subsidiar a análise dos resultados dos programas de governo.

A fim de corrigir as falhas apontadas, o TCU recomenda um prazo de 90 dias para o governo apresentar plano de ação que vise fortalecer os sistemas de planejamento, avaliação, monitoramento e controle da administração pública.

## Aposentadoria especial para agente penitenciário

Representantes da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário, acompanhados pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), pediram ao presidente do Senado, José Sarney, que coloque na pauta do Plenário o projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) concedendo aposentadoria especial a servidores públicos que exerçam suas atividades exclusivamente sob condições que prejudicam a saúde e a integridade física. A matéria (PLS 68/03-Complementar) já foi aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Segundo Fernando Anunciação, representante do Sindicato dos Servidores Penitenciários de Mato Grosso do Sul, o presidente do Senado concordou em agendar a votação do projeto o mais rapidamente possível. – Além do desgaste que existe na nossa profissão, no enfrentamento com os presos, ainda vivemos sob constante ameaça – afirmou Anunciação.

## Edson Santos convida Sarney para conferência

José Sarney deverá participar da abertura da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2ª Conapir), que será realizada em Brasília nesta quinta-feira. O convite para a solenidade foi entregue pelo próprio ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial.

– O senador José Sarney, quando presidente da República, foi um homem que contribuiu muito para o Brasil chegar nesse nível de tratamento da população negra. Foi ele, por exemplo, quem criou a Fundação Cultural Palmares e também quem sancionou a lei que qualificou o racismo como crime inafiançável e imprescritível – afirmou o ministro. Edson Santos revelou que pediu a Sarney que utilize sua liderança para apressar a votação do PLC 180/08, que estabelece cotas raciais, sociais e econômicas nas universidades públicas e escolas técnicas. A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Virgílio (E), com Papaléo, Cafeteira e Agripino: "Não podemos prescindir de fazer a investigação na Petrobras"

## Jefferson Praia questiona "investigação paralela"

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) questionou se o Senado, ao instalar a CPI da Petrobras, não estaria desacreditando o trabalho de instituições como o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e a Polícia Federal, que analisam ou já analisaram denúncias sobre a estatal. Segundo ele, em vez de "gastar tempo e energia em uma investigação paralela", seria mais adequado a Casa acompanhar a evolução das diligências dos outros órgãos para, só então, abrir novas frentes de investigação ou apresentar propostas legislativas para corrigir os erros. Jefferson Praia disse que as CPIs encaminham seus relatórios finais para o Ministério Público.

– Questiono ainda se o que



Para senador, seria prudente esperar diligências de outros órgãos que apuram denúncias sobre a Petrobras

poderíamos chamar de metodologia do escândalo é o caminho adequado para tratar de questões de política pública energética e de problemas de estratégia empresa-

rial nessa área – frisou.

O discurso motivou apartes de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Efraim Morais (DEM-PB) e Alvaro Dias (PSDB-PR), que ressaltaram o direito da minoria de instalar CPIs, instrumento legítimo de investigação do Congresso, para fiscalizar ações de quem está no poder, com sua prerrogativa de quebrar sigilos. Alvaro disse que "tanto o Ministério Público quanto a Polícia Federal gostam das CPIs porque elas agilizam os procedimentos e convocam a opinião pública, conferindo transparência aos fatos". João Pedro (PT-AM), por sua vez, afirmou que não se pode aceitar "desqualificar a Petrobras, reconhecida internacionalmente".

## Tribunal de contas poderá ter acesso a sigilo fiscal

Proposta que garante ao Tribunal de Contas da União (TCU) o acesso às informações sobre todas as movimentações financeiras e fiscais envolvendo dinheiro público aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ). O autor da PEC 29/09, Renato Casagrande (PSB-ES), assinala que a fiscalização e controle são um dever constitucional do TCU, mas que vem sendo cumprido com restrições.

O senador observa que tem sido frequente a obstrução do exercício do controle externo, diante da negativa da Secretaria da Receita Federal em entregar informações sobre os processos fiscais solicitados pelo TCU.

# institucional



JANE ARAÚJO

Em entrevista coletiva, Sarney afirma que vem conduzindo iniciativas para modernizar a Casa e dar transparência a seus atos

## Sarney anuncia medidas para apurar denúncias

Presidente do Senado decide criar também “portal da transparência”, para colocar à disposição do público na internet tudo o que acontece na Casa

Uma comissão de sindicância para investigar denúncias de que atos da Casa eram ou não publicados conforme orientação dos então diretores Agaciél Maia e João Carlos Zoghbi; um portal na internet para divulgar medidas administrativas; e uma auditoria externa na folha de pagamento para assegurar ao público amplo conhecimento sobre a gestão. Essas três providências foram anunciadas na sexta-feira pelo presidente do Senado, José Sarney, em entrevista coletiva.

Ele sublinhou que, desde que assumiu o cargo há quatro meses, vem conduzindo iniciativas para modernizar a Casa e dar transparência aos atos.

A comissão de sindicância – formada pelos servidores Alberto Moreira de Vasconcelos Filho, Gilberto Guerzoni Filho e Maria Amália Figueiredo da Luz – terá sete dias para apurar a denúncia de Franklin Albuquerque Paes Landim, servidor da Secretaria Especial de Recursos Humanos, de que Maia e Zoghbi determinavam quais

atos seriam ou não publicados no Boletim Administrativo. A apuração, acrescentou Sarney, será acompanhada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União.

O “portal de transparência”, de acordo com o presidente do Senado, destina-se a divulgar o que acontece na Casa, “sem negar informação ao público”.

Quanto à auditoria externa na folha de pagamento, o trabalho poderá ser feito pela Fundação Getúlio Vargas, que já trabalha na reforma administrativa.

## Heráclito divulgará investigação sobre atos não publicados

Na entrevista, Sarney afirmou também que nesta segunda-feira o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), dará conhecimento público aos resultados da sindicância para elucidar a suspeita de que a Casa tinha atos não publicados.

Indagado pelos jornalistas, o presidente da Casa detalhou as providências a serem tomadas caso fique comprovada responsabilidade de algum dos senadores.

– Se essa comissão de sindicância atingir a responsabilidade de algum senador, a Constituição determina que, imediatamente, a competência seja deslocada para o Supremo



GERALDO MAGELA

Heráclito deve reassumir nesta segunda-feira, depois de licença médica, os trabalhos na 1ª Secretaria

Tribunal Federal, que é o órgão competente para averiguar e processar as responsabilidades de um parlamentar. A comissão

vai apurar se tudo isso é verdade e quem são os envolvidos.

Sarney também sustentou que, apurada a responsabilidade de quem quer que seja, não haverá contemplação, mas providências para dar ao Senado “a posição de uma repartição exemplar”.

Questionado se não estaria insustentável a situação do atual diretor-geral, Alexandre Gazineo, o presidente do Senado disse que, assim como a Casa se encaminha para adotar a escolha desse cargo em Plenário, a Mesa e as lideranças terão, igualmente, que ser consultadas na hipótese de demissão nessa área.

## Mesa diretora examina sete sugestões de senadores

A Mesa diretora analisa nesta terça-feira proposta de reforma administrativa do Senado apresentada por 20 senadores. As sugestões, lidas em Plenário pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e entregues ao presidente do Senado, José Sarney, na última quinta-feira, são:

1. exoneração do diretor-geral do Senado, Alexandre Gazineo,

e de todos os diretores da Casa; 2. indicação do novo diretor-geral referendada por votação em Plenário, na forma de projeto de resolução a ser apresentado; 3. apresentação de proposta de reforma administrativa pelo novo diretor-geral; 4. estabelecimento de meta de redução de pessoal e suspensão de novas contratações; 5. eliminação de

vantagens acessórias inerentes ao mandato parlamentar; 6. realização de reunião ordinária do Plenário para votação de medidas administrativas relevantes, proposta pela Mesa para estabelecer-se a pauta de votações do período seguinte; 7. auditoria externa para todos os contratos firmados pelo Senado.

## agora é lei

### Internet vai divulgar, em tempo real, tudo o que governo gasta

Informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão ser disponibilizadas em tempo real na internet para dar mais transparência aos gastos públicos.

É o que estabelece a Lei Complementar 131/09, que entrou em vigor. A nova legislação alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para criar mecanismos que deem mais publicidade ao orçamento público em todos os níveis de governo. A proposta é do ex-senador João Capiberibe.

A transparência será assegurada também por meio dos seguintes instrumentos:

1. incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

2. liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

3. adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

De acordo com a nova lei, os órgãos federais irão disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações quanto à despesa de todos os atos praticados pelas unidades

gestoras no momento da sua realização, além de dados como o número do processo, o bem fornecido ou serviço prestado, o beneficiário do pagamento e, quando for o caso, o procedimento licitatório realizado. Quanto à receita, o cidadão poderá acompanhar o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A legislação estabelece que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo tribunal de contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições es-

tabelecidas na lei.

A partir da publicação da lei no *Diário Oficial da União*, em 28 de maio, estados e municípios com mais de 100 mil habitantes têm prazo de um ano para disponibilizar os dados. Os que tenham entre 50 mil e 100 mil habitantes terão prazo de dois anos, e os com até 50 mil habitantes dispõem de quatro anos.

“Trata-se de levar informações sobre as receitas e despesas públicas, sem códigos ou senhas, em tempo real, através da internet. Por isso, é fundamental que essa lei seja de conhecimento de todos os internautas”, defendeu o autor da proposta no Senado, João Capiberibe. A partir de agora, comemorou, “as informações sobre movimentação do dinheiro dos impostos, chova ou faça sol, finalmente, estará ao alcance de nossos olhos”.

**Cidadãos e entidades podem denunciar infração à lei**

#### TRANSPARÊNCIA EM CONCESSÕES PÚBLICAS

O Plenário aprovou na terça-feira emenda da Câmara dos Deputados a projeto de lei que obriga a publicação, na imprensa oficial e na internet, dos contratos de concessão celebrados pelo poder público, bem como de seus aditivos e avaliações mensais.

Aprovada anteriormente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), a emenda da Câmara amplia, portanto, as regras de transparência aplicáveis às concessões de serviços na área de telecomunicações.

Com a decisão de terça-feira, o PLS 23/00, que acrescenta artigos à Lei 8.987/95 (regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos), vai à sanção presidencial.

#### TSE REJEITA RECURSO DE EXPEDITO JÚNIOR

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou na terça-feira recurso apresentado pela defesa do senador Expedito Júnior (PR-RO) contra a cassação de seu mandato, que foi determinada no ano passado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

A assessoria de imprensa do senador informou à Agência Senado que ele deverá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão.

Expedito Júnior é acusado de ter cometido abuso de poder econômico e de ter comprado votos durante a campanha eleitoral de 2006, pela qual foi eleito senador por Rondônia.

institucional

# Campanha mostra como Congresso ajuda cidadão

Presidente do Senado afirma que o Legislativo “é o único Poder em que o povo tem condições de influir nas decisões, na formação dos seus direitos”

Leis aprovadas no Senado e na Câmara e que tiveram influência sobre a vida dos brasileiros são destaque na campanha institucional “O Congresso faz parte da sua história”, lançada pelo Congresso na semana passada.

Os protagonistas da campanha são cidadãos comuns, que tiveram suas vidas melhoradas pelo trabalho do Legislativo. São destacados a Lei Maria da Penha, que combate a violência doméstica; a ampliação da licença-maternidade; os novos

direitos para os trabalhadores domésticos; o seguro-desemprego; e os códigos de Trânsito e do Consumidor. Os depoimentos estão disponíveis até 26 de junho no endereço [www.senado.gov.br/ocongressofazpartedasuahistoria](http://www.senado.gov.br/ocongressofazpartedasuahistoria).

## “O Parlamento é muito maior do que todos nós”, afirma Sarney

Ao lançar na última quarta-feira, juntamente com o presidente da Câmara, Michel Temer, a campanha “O Congresso faz parte da sua história”, o presidente do Senado, José Sarney, declarou que “é o Congresso que assegura os direitos de todos os brasileiros”.

– Essa solenidade não é para defender o Parlamento, mas para dizer ao povo brasileiro o que o Congresso representa para ele. Nós somos transitórios, mas o Parlamento é muito maior que todos nós, porque ele é o coração

do povo – afirmou.

Sarney disse que os defeitos do Legislativo são os mais visíveis entre os Poderes da República por ser este o único que decide sob a influência direta do povo.

– No Senado ou na Câmara, ao votarmos qualquer coisa, é longo o processo legislativo e o povo participa dele, influi, vai para as galerias, acompanha. E quantas vezes recuamos ou avançamos com base na participação do povo? O Legislativo é o coração da democracia, nasceu para isso. E o povo tem que cobrar.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DO TRABALHO  
Secretaria de Políticas de Emprego e Salário

SEGURO-DESEMPREGO

“Sou pedreiro e sinto orgulho do que faço. Na minha profissão, sempre que termina uma obra ficamos sem trabalho. O seguro-desemprego é fundamental para mim. Ajuda a pagar as contas e pôr comida dentro de casa. Da mesma forma que me orgulho das coisas que faço, creio que o Congresso também se orgulha de ter beneficiado tanta gente sofrida do nosso país”

Antônio Rodrigues da Silva Filho, 37 anos  
trabalhador da construção civil

Criado durante o Plano Cruzado e regulamentado pelo Congresso Nacional em 1990, o seguro-desemprego assegura assistência financeira ao trabalhador desempregado demitido sem justa causa.

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.

CONGRESSO NACIONAL

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Marconi Perillo  
**2º Vice-Presidente:** Serys Slhessarenko  
**1º Secretário:** Heráclito Fortes  
**2º Secretário:** João Vicente Claudino  
**3º Secretário:** Mão Santa  
**4ª Secretária:** Patrícia Saboya  
**Suplentes de Secretário:** César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

**Diretor-Geral do Senado:**  
José Alexandre Lima Gazineo  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira  
**Edição:** Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

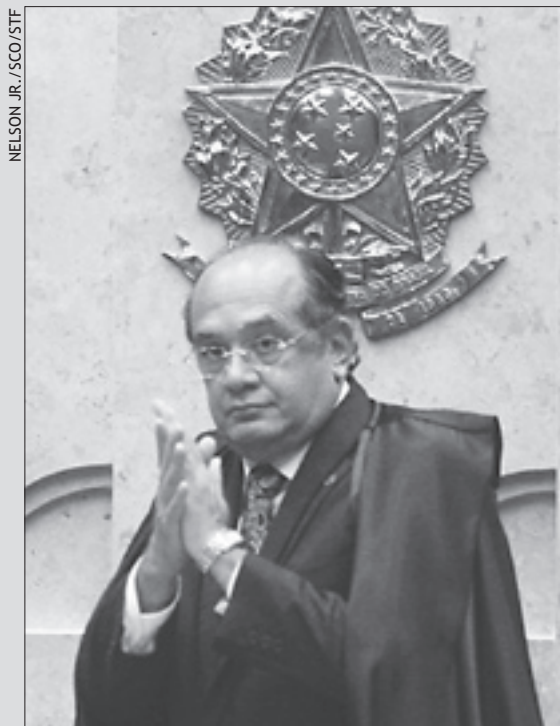
Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez, e Oscar  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3303-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3303-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

# programação

## Profissionais debatem jornalismo sem diploma



Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes manifestou-se claramente contra a exigência do diploma

Programa da Rádio Senado reúne representantes de entidades contra e a favor da decisão do STF

**O** Estação da Mídia desta semana promove um debate sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que acabou com a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Foram convidados representantes da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que têm posições opostas sobre a obrigatoriedade do diploma.

O programa também ouviu representantes do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Associação dos Jornais do Interior (Abraiori) e do Movimento em Favor dos Jornalistas sem Diploma.

### Estação da Mídia

Senado FM  
23/6, terça-feira, às 7h30  
Internet: 23/6, terça-feira

## Senado Economia traz entrevista sobre reforma tributária e novo Refis

O Senado Economia vai conversar com a tributarista Mary Elbe Queiroz, presidente do Centro de Estudos Avançados de Direito Tributário. Ela analisa a proposta de reforma tributária que está em pauta na Câmara dos Deputados.

Outro assunto é o novo Refis, para parcelamentos a devedores do fisco.

### Senado Economia

Senado FM  
22/6, segunda-feira, às 7h30  
Internet: 22/6, sexta-feira

## Oftalmologista esclarece dúvidas no programa Pergunte ao Doutor

O Pergunte ao Doutor conversa com o oftalmologista Leonardo Capita, que trabalha no Hospital Universitário de Brasília. Ele esclarece dúvidas dos ouvintes sobre catarata, glaucoma, conjuntivite, estrabismo, miopia e pterígio, popularmente conhecido como "carninha no olho". O médico também alerta para os riscos de comprar óculos em feiras, sem consultar um médico.

### Pergunte ao Doutor

Senado FM  
24/6, quarta-feira às 7h30  
Internet: 24/6, quarta-feira

## Descobrimto da doença de Chagas no Reportagem Especial

O programa Reportagem Especial traz o especial "Doença de Chagas - uma guerra de 100 anos", que conta a história das pesquisas do cientista brasileiro Carlos Chagas. Em 1909, ele anunciou ao mundo a existência de uma enfermidade transmitida principalmente por um inseto que se alimenta de

sangue, o barbeiro. O programa destaca o progresso no tratamento dos pacientes.

### Reportagem Especial

Senado FM e OC  
26/6, sexta-feira, às 18h  
Reprises: sábado, às 10h; e domingo, às 17h

## A importância da participação dos pais na educação dos filhos

A relação escola-família é o tema da entrevista especial do programa Conexão Senado. Como integrar os pais à escola? Como fazer para que participem mais da educação dos filhos?

Apesar das mudanças ocorridas na família, ela continua sendo a principal referência para crianças e adolescen-

tes. Mas muitas vezes os pais deixam para a escola toda a responsabilidade pela educação dos filhos.

### Conexão Senado

Senado FM e OC  
22/6, segunda-feira, às 8h  
Internet: 22/6, segunda-feira

## Pesquisador trata do chamado "jornalismo de incentivo"

Márcio Guerra, coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Esporte e Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFMG), fala sobre o marketing que afasta o jornalismo esportivo da verdade. Segundo ele, o predomínio do marketing cria uma modalidade híbrida de jornalismo: o de incentivo.

### Estação da Mídia

Senado FM  
23/6, terça-feira, às 7h30  
Internet: 23/6, terça-feira

## Programa Justiça Comunitária no Fique por Dentro da Lei

O Fique por Dentro da Lei recebe a psicóloga Sônia Veiga, coordenadora-adjunta do programa Justiça Comunitária. Criado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o programa possibilita a pessoas comuns receberem instrução de funcionários do tribunal e atuarem como mediadores em conflitos de pequena complexidade.

### Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC  
22/6, segunda-feira, às 10h  
Internet: 22/6, segunda-feira



### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - EcoSenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - EcoSenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - EcoSenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Músico  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial - Cartas ao país dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - EcoSenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - EcoSenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - EcoSenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
**DOMINGO**  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

**TV A CABO:** (55) e Manaus (57).

**TV POR ASSINATURA:** Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

**UHF:** João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

### ANTENA PARABÓLICA

**Sistema analógico:**  
Satélite: B1  
Transponder: 11 A2  
Polarização: horizontal  
Frequência: 4.130 MHz

### Sistema digital:

Satélite: B1  
Transponder: 1 Banda Estendida  
Polarização: vertical  
Frequência: 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

### Como sintonizar

#### FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz  
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

#### ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

#### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio dos programas Real Player ou Windows Media Player

#### ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2



## voz do leitor

## Cotas no vestibular

"Sou uma estudante de 17 anos e irei prestar vestibular este ano. Gostaria de expressar minha revolta pelo sistema de cotas para universidades públicas. Estudo em uma escola particular, pois meus pais preferiram investir em meus estudos a construir nossa casa própria, e é assim que me mantenho nessa instituição, com grande esforço. Todos nós devemos ter chances iguais, independentemente de nossa cor. Com essas cotas o país se torna contraditório, já que ter uma porcentagem reservada para os negros torna-os diferentes dos demais, e isso é uma forma de preconceito. Tantos anos de esforço para agora restringir nossa entrada nas universidades públicas! É isso que chamamos de democracia?"  
**Jéssica Alves, de Araripina (PE)**

## Reservas indígenas

"A princípio, até concordo com a existência de reservas indígenas, mas não com as áreas absurdamente grandes separadas para uma pequena comunidade de índios, como é o caso da reserva Raposa Serra do Sol. Também absurda é a demarcação de 1 milhão de hectares para apenas 69 índios kayabis, em Mato Grosso. Em compensação, milhares de brasileiros penam e padecem para conseguir algumas dezenas de hectares para sua subsistência."  
**Hilton de Aquino, de Caldas Novas (GO)**

## Quarto poder

"Costuma-se chamar a imprensa de quarto poder. Mas esse poder não tem sido muito aberto às camadas menos favorecidas. Pessoas famosas estão sempre nas páginas do noticiário, pela repercussão natural de sua posição. Com aquelas do alto escalão do poder ocorre o mesmo. Os artigos são sempre subscritos pelas mesmas pessoas. Elas têm espaço no noticiário, nos artigos e nos espaços dos leitores. Nestes, não deveriam. Nem sempre o espaço vem em decorrência do conteúdo,

mas porque nomes importantes vendem jornais e revistas. Nada de errado. Os meios de comunicação são um negócio. O erro está em não ter nenhum espaço destinado ao leitor comum, que seja suficiente para exposição de uma ideia completa. Passou da hora de todos os jornais, revistas e tabloides destinarem uma seção específica para o leitor. A democracia agradece, pois ela pode ter todos os defeitos, menos o de ter mão única."

**Pedro Cardoso da Costa, de São Paulo (SP)**

## Crianças e adolescentes

"Sugiro modestamente aos nossos honoráveis senadores que gastem suas forças em pensar de que forma podem punir os chefes do Executivo que não colocam em prática as políticas públicas para as crianças e os adolescentes e não prestam a devida atenção aos conselhos tutelares."

**José Rigoberto Muñoz Morales, de Andradina (SP)**

## Telefones

"Gostaria que os senadores tomassem alguma providência com relação à Telefônica no Brasil. A empresa deveria ser banida de nosso país. É recordista de reclamações no Procon, isso porque nem todos perdem tempo em reclamar. Oferece péssimo atendimento, cobranças indevidas e erros intencionais. Aliás, isso gera uma situação interessante: a Telefônica está com a credibilidade tão baixa que quando se vai fazer uma compra no comércio e seu nome está sujo junto a essa empresa, isso é cordialmente relevado."

**Rafael Dantas, de Ourinhos (SP)**

## Prioridade

"Sugiro que o dinheiro público seja gasto com a saúde e com a segurança, ao invés de ser gasto com parentes dos senadores. Proponho, também, que a duração do curso de Medicina seja maior, para evitar erros médicos."

**Tarcísio Pereira de Souza, de Condado (PE)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## frases



Tenho 50 anos de vida pública, e não seria agora que iria praticar qualquer ato menor. Atravessei muitas crises no Senado, e nunca meu nome apareceu envolvido em qualquer malfeitoria. A crise do Senado não é minha, é do Senado

**José Sarney**, sobre as denúncias de irregularidades na administração do Senado.

É inaceitável que um diretor-geral [Agaciel Maia] fique 14 anos no cargo. Isso leva ao continuísmo e à perda de referência que a alternância de poder dá à democracia



JOSE CRUZ

**Aloizio Mercadante**, que defendeu uma reforma profunda no Senado.

Do discurso do presidente [do Senado, José Sarney] ficou uma imensa frustração, de ver meu chefe do Senado, aquele que é responsável pelos fatos que aqui acontecem, dizer que o problema é do Senado, como se dissesse: Eu não tenho nada a ver com isso

**Cristovam Buarque**, ao comentar discurso de José Sarney.

Posso até cunhar uma frase aqui: ele trocou a gaveta pela caneta

**Pedro Simon**, elogiando o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, por concluir três vezes mais processos que a média dos antecessores.

Essa matéria não vai esfriar. Não adianta o governo achar que o menor desgaste para ele é brigar para não instalar a CPI. Ela vai ser instalada

**José Agripino**, ao reafirmar que a oposição poderia abrir mão da relatoria da CPI das ONGs para garantir a instalação da CPI da Petrobras.

Milícia é a polícia bandida. É aquela que é paga pela sociedade, recebe treinamento e depois se volta contra a sociedade. São os ladrões do vale-transporte e da marmita do trabalhador

**Marcelo Crivella**, ao anunciar que vai apresentar projeto para federalizar o crime praticado por milícias.

Nossa remuneração não vai estimular isso [a ação de bandidos]. Nunca me senti ameaçado mais que outro brasileiro. Em nenhum momento usei de qualquer segurança quando ando pelas ruas do Brasil

**Eduardo Suplicy**, contra o argumento de que a exposição de salários coloca em risco a segurança dos servidores.

Quem pode corromper é o Executivo, que tem a chave do cofre

**Papaléo Paes**, em defesa do Congresso Nacional.



JOSE CRUZ

**Arthur Virgílio**, sobre proposta de Eduardo Suplicy de divulgar os salários dos servidores do Senado.

Quero as minhas contas de senador divulgadas, mas quero também divulgadas as contas secretas do presidente da República



## pergunte ao senador

"É possível criar um projeto de lei no Senado para que as operadoras de telefonia celular não fiquem fora de área e nem fora de cobertura, e que paguem para que o sinal chegue ao aparelho dos clientes?"

**Carlos Cezar Muniz Correia, de Niterói (RJ)**

## Como exigir providências contra problemas da telefonia celular?

O senador **Flexa Ribeiro (PSDB-PA)** responde:

Como presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Inovação (CCT), tenho o maior prazer em responder a esse seu questionamento. É preciso explicar ao usuário do serviço de telefonia móvel que não há necessidade de uma nova legislação para que reclamações como a sua sejam atendidas. A Anatel, agência nacional que fiscaliza os serviços de telefonia, tem como obrigações, entre outras, a de fazer a regulação do sistema e a de atender a reclamações como essa.

Então eu recomendo a você, Carlos Cezar, já que as operadoras não atenderam a sua reclamação, que faça um ofício à Anatel para que ela tome as providências para corrigir essa deficiência do sinal no bairro onde você mora, aí na cidade de Niterói. Se quiser, você pode passar também uma cópia desse documento ao meu gabinete pelo e-mail [flexa.ribeiro@senado.gov.br](mailto:flexa.ribeiro@senado.gov.br), que eu farei também uma solicitação à Anatel para que atenda à reclamação.



GERALDO MAGELA



ANA VOLPE

Hortalças devem ser bem lavadas e depois imersas por dez minutos em solução com uma colher de água sanitária por litro

## Como fazer de sua casa um ambiente saudável

A falta de higiene doméstica pode causar uma série de problemas de saúde. Esta edição do *Especial Cidadania* traz regras básicas para prevenir, por exemplo, reações alérgicas decorrentes do acúmulo de poeira

e a transformação de alimentos em veículo de contaminação por micróbios, que podem provocar diarreia, vômito, dor de cabeça e infecção intestinal. A comida, portanto, merece atenção especial.

## A faxina ideal

Para manter os espaços e objetos da casa sempre em boas condições de limpeza, recomenda-se começar a limpar de cima para baixo, para não sujar de novo o que acabou de ser limpo. Varra sem levantar poeira ou passe o aspirador antes de aplicar uma solução líquida apropriada, prestando atenção aos cantos das paredes. Concentre-se em um cômodo por vez.

• **Cozinha:** é o local da casa que merece atenção especial em relação à higiene.

–Limpe-a diariamente com pano úmido, evitando contato entre alimentos e poeira.

–Reserve panos diferentes para chão, pratos, mãos, fogão, geladeira e bancada, lavando-os separadamente com água sanitária.

–Lave a esponja com água e sabão após cada utilização, espremendo-a bem e deixe em lugar seco (nunca sobre o sabão). Troque-a sempre que começar a sair fragmentos.

–Limpe os utensílios da cozinha logo após o uso, para que os resíduos de alimentos e gorduras

não se transformem em focos de contaminação.

–Mantenha os azulejos e as pias livres de qualquer resíduo alimentar ou outras sujeiras.

–Lave uma vez por semana os azulejos e janelas.

–Limpe a geladeira uma vez por semana e o freezer, quinzenalmente.

–Limpe o fogão após o uso.

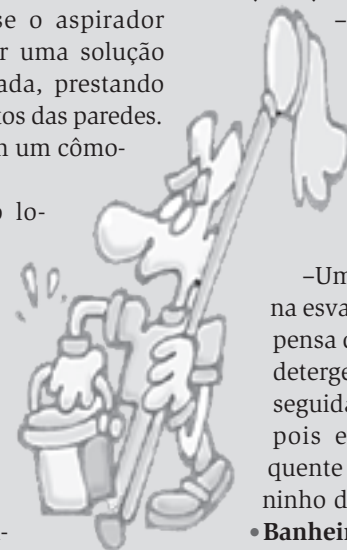
–Uma vez por semana esvazie e limpe a despensa com pano úmido, detergente e álcool e em seguida com pano seco, pois esse é um lugar quente e pode se tornar ninho de insetos.

• **Banheiro:** deve ser mantido limpo e livre de odores desagradáveis. Uma boa ventilação ajuda a renovar o ar.

–Mantenha os encanamentos sem vazamentos e as louças sanitárias, vidros e portas em bom estado.

• **Roupa de cama e toalhas:** lave pelo menos uma vez por semana.

• **Lixo:** conserve as lixeiras tampadas, limpas e longe dos alimentos para evitar insetos e use, de preferência, as que têm pedais.



### Site detalha orientações

Desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), o site Cuidar dos Alimentos ([www.cuidardosalimentos.fiocruz.br](http://www.cuidardosalimentos.fiocruz.br)) destina-se a levar informações a segmentos da população mais vulneráveis a doenças transmitidas por alimentos (DTAs) e aborda questões relacionadas à compra, ao preparo, ao armazenamento e à conservação de alimentos no ambiente doméstico.

O espaço, que oferece navegação diferenciada para crianças e adultos, foi criado a partir de uma pesquisa baseada em estudo epidemiológico feito com portadores de Aids em tratamento no Rio de Janeiro e revelou que os entrevistados possuíam conhecimentos insuficientes na área de higiene e segurança alimentar. A maioria deles (82,1%) admitiu, por exemplo, não conferir etiquetas, composição, data de validade e origem dos alimentos.

Para o coordenador da pesquisa, William Waissmann, o site “contribui para a saúde pública, possibilitando um aumento dos conhecimentos necessários à população, em especial aos grupos sob maior risco”.

## Cuidados na compra, conservação e preparo da comida

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), metade dos casos de doenças transmitidas por alimentos (DTAs) ocorre em ambientes domésticos, resultante de falhas de higiene na manipulação dos alimentos. Observe estas recomendações:

### Comprando em feiras e varejões

Frutas, legumes e verduras ficam ao ar livre durante horas sofrendo a ação do tempo e, sobretudo, sendo manipulados por comerciantes e fregueses.

Lave cuidadosamente esses alimentos em água corrente. As hortalças devem ser colocadas na geladeira logo após a compra por uma hora a duas horas. As folhas ruins devem ser desprezadas, lavando-se as outras em água corrente para depois imergi-las por dez minutos em solução de cloro (uma colher de sopa de água sanitária para cada litro de água). Produ-

tos hortifrutigranjeiros devem ser descascados e cozidos para eliminar ao máximo a chance de reterem pesticidas, bactérias e outros elementos nocivos.

### Cuidados com rótulos e embalagens

Leia com atenção os rótulos para conhecer as características do produto, quantidade, data de fabricação e prazo de validade. Observe também a cor dos alimentos, aparência e cheiro. Não compre latas estufadas, pois isso é sinal de deterioração do alimento. Latas amassadas podem levar o verniz interno a se romper, prejudicando a qualidade do produto. Latas enferrujadas caracterizam produtos velhos e mal armazenados. Vidros com líquido turvo ou com espuma indicam alimento estragado.

Camadas de gelo ao redor do produto, sem uma densa névoa por cima, e produtos “suados” podem indicar que o equipamento de refrigeração foi desligado à noite e religado durante o dia. Esse processo de resfriamento e aquecimento faz com que os produtos estraguem e muitas vezes a deterioração só é constatada depois da compra.

### Na compra e preparo de ovos

Não compre ovos com cascas rachadas, manchadas ou sujas. Verifique as datas de fabricação e de validade, além do registro do órgão competente. Não utilize ovos na preparação de pratos, molhos ou sobremesas sem processamento térmico. Para evitar a contaminação pela bactéria salmonella, recomenda-se ainda não comê-los crus, com gema mole, malcozidos ou malfritos. O armazenamento não deve ser feito na porta da geladeira, por ser esse o local que mais sofre variações de temperatura (devido ao abrir e fechar) e trepidações,

que podem levar a fissuras.

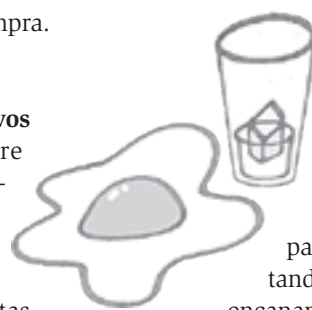
### Para garantir água de qualidade

Os filtros domésticos devem ser higienizados periodicamente e, caso sejam filtros específicos, empresas especializadas devem realizar o procedimento. As caixas de água devem ser higienizadas a cada seis meses.

Deve-se jatear água nas paredes, tetos e piso, esgotando via balde (nunca pelo encanamento), pulverizar solução de cloro (200 mg/l), instalar um forro e um plástico na tampa da caixa e deixá-la lacrada.

### Atenção ao preparar os alimentos

Lave bem mãos e braços e evite conversar sobre os alimentos que estão sendo preparados para que a saliva não caia sobre eles. Evite aerossóis e inseticidas na cozinha. Utilize mata-moscas e panos limpos para cobrir os alimentos. As panelas devem estar bem tampadas.



### Projeto determina que rótulos sejam mais simples e claros

Proposto pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 132/06 estabelece que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos

de clareza e simplicidade e fornecer informações para o consumidor. A proposta aguarda parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle, onde receberá decisão terminativa, ou seja, caso seja aprovada e não haja recurso para ser examinada pelo Plenário, segue para análise da Câmara dos Deputados.

### Saiba mais

**Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**  
Avenida Brasil, 4365 – Manguinhos  
Rio de Janeiro (RJ) – CEP: 21040-360  
(21) 2598-4242  
[www.cuidardosalimentos.fiocruz.br](http://www.cuidardosalimentos.fiocruz.br)  
[www.higienedosalimentos.com.br](http://www.higienedosalimentos.com.br)  
[www.boasaude.uol.com.br](http://www.boasaude.uol.com.br)